



Anais da Assembléia

Nº 002

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 1983

ANO IX

ATA DA 1ª SESSÃO PREPARATÓRIA DE INSTALAÇÃO
DA 10ª LEGISLATURA DESTINADA À
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA
COMISSÃO EXECUTIVA, DA PRIMEIRA E SEGUNDA
SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS
REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 1983
TERÇA-FEIRA

Às 14:00 horas, na forma regimental, assume a Presidência o Senhor Péricles Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Péricles Pacheco) — Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a 1ª Sessão Preparatória da Instalação da 10ª Legislatura e convido os Senhores Deputados Anibal Khury e Gilberto Carvalho para comporem a Mesa como 1.º e 2.º Secretários, respectivamente.

Cumprir inicialmente que já se procedeu à verificação dos diplomas entregues, estando elaborados conforme exigência regimental a lista dos eleitos.

Na presente sessão, segundo determina o Regimento Interno, deverá ser eleito o Presidente da Mesa. A eleição se fará por escrutínio secreto, considerando-se eleito o diplomado que alcançar maioria absoluta. Se nenhum dos sufragados obtiver maioria absoluta dos sufrágios, proceder-se-á a segundo escrutínio, a que só poderão concorrer os dois candidatos mais votados do pleito antecedente.

A votação se fará com a utilização de cédula impressa ou datilografada a ser introduzida na sobrecarta a que será entregue a cada um dos eleitores pelo Senhor 1.º Secretário.

Para o ato da votação servirá a cabina à direita da Mesa, devendo-se as sobrecartas, contendo as cédulas, serem colocadas sobre a urna que se acha sobre a mesa.

O Sr. 1.º Secretário fará em seguida a chamada nominal para a votação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Anibal Khury).

Acir Mezzadri
Adail Sprenger Passos
Airton Cordeiro
Amélia Hruscka
Anibal Khury
Antônio Anibelli
Ferrari Júnior —
Artagão Mattos Leão
Augusto Carneiro
Basílio Zanusso
Deni Schwartz
Dirceu Manfrinato
Djalma de Oliveira Cesar
Donato Gulin
Edgar Ribeiro Pimentel
Edmar Luiz Costa
Eduardo Ferreira Baggio
Erondy Silvério
Ervin Bonkoski
Ezequias Losso
Francisco Escorsin
Fuad Nacli
Gabriel Manoel
Gernote Kirinus —
Gilberto Carvalho

Hermas Brandão
Homero Oguido
Irondi Pugliesi
Ivan Gubert
Jorge Amin Maia Filho
José Antônio Fonseca
José Tadeu Bento França
José Tadeu Lúcio Machado
Leônidas Chaves
Luiz Alberto Martins de Oliveira
Luiz Carlos C. Quintana
Luiz Gabriel Sampaio
Márcio José de Almeida
Mário Pereira
Nelson Buffara
Fiori Luiz
Nelson Vasconcellos
Nestor Baptista
Nilso Sguarezi
Odeni Villaza Mongruel
Orlando Pessuti
Osvaldo de Alencar Furtado
Péricles Pacheco da Silva
Quielse Crisóstomo da Silva
Roberto Requião
Rubens Bueno
Sabino Campos
Sérgio Spada
Tércio Albuquerque
Tuguio Setogutte
Trajano Bastos
Werner Wanderer
Wilson Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Péricles Pacheco) — Votaram cinquenta e oito Senhores Deputados.

Para auxiliar a Presidência na apuração dos votos, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Airton Cordeiro e Hermas Eurides Brandão.

(É procedida a apuração dos votos).

O SR. PRESIDENTE (Péricles Pacheco) — Esta Presidência vai divulgar os votos apurados. Sr. Deputado Trajano Bastos 58 votos. Em vista do resultado anunciado, tenho a honra de proclamar eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para as primeiras e segundas Sessões Legislativas da Décima Legislatura, o Sr. Deputado Trajano Bastos.

Tenho a honra de convidar Sua Excelência a assumir a Presidência e a direção dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao instalarmos a Décima Legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná, queremos agradecer a todos os Senhores Deputados a honra de nossa investidura à frente dos destinos desta Casa, para o corrente biênio.

Nosso programa mínimo, aprovado pela Bancada do PMDB, a que pertencemos, já destacou o sentido da missão que nós impusemos:

A constante e firme valorização do Poder Legislativo. Porque, Senhores, a natureza do Poder Legislativo faz dele

a expressão máxima do regime democrático, na medida em que o Deputado se situa mais próximo das fontes do poder político, que são o conjunto do eleitorado soberano.

Proclamamos, ao mesmo tempo, nosso desejo de convivência leal com o Governador eleito José Richa, cuja vitória simboliza o marco histórico de uma nova época para o povo paranaense.

Nada mais havendo a tratar nesta fase, declaro encerrada a presente sessão, convocando a segunda, preparatória, para dentro de trinta minutos, com a finalidade de completar a composição da Mesa.

Levanta-se a sessão.

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO PREPARATÓRIA DE
INSTALAÇÃO DA 10ª LEGISLATURA,
DESTINADA À ELEIÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DOS
CARGOS DA MESA EXECUTIVA.
REALIZADA EM 1º DE FEVEREIRO DE 1983
(TERÇA-FEIRA)**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a 2ª Sessão Preparatória de Instalação da 10ª Legislatura, destinada a completar a composição da Mesa Diretora da Assembléia.

Ocuparão a Primeira e Segunda Secretarias, respectivamente, os Srs. Deputados Anibal Khury e Gilberto Carvalho.

Na presente sessão, na forma regimental, deverão ser escolhidos dois Vice-Presidente e quatro Secretários.

A eleição se fará mediante escrutínio secreto, considerando-se eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de sufrágios. Não alcançada a maioria absoluta haverá um segundo escrutínio a que poderão concorrer apenas os dois candidatos mais votados, para o cargo, no pleito anterior.

A eleição se fará com a utilização de duas cédulas, ambas impressas ou datilografadas: uma para o primeiro e segundo vice-Presidentes; outra para primeiro, segundo, terceiro e quatro Secretários.

Para o ato de votação servirá a cabina à direita da Mesa, devendo os eleitores introduzir a cédula na sobrecarta que receberão do primeiro Secretário.

As sobrecartas serão colocadas na urna localizada na Mesa.

O Sr. Primeiro Secretário fará, em seguida, a chamada nominal para votação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Anibal Khoury) — Trajano Bastos, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruscka, Anibal Khury, Antônio Martins Anibelli Ferrari Júnior, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida Cezar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Ferreira Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski

Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Rezende de Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Amim Maia Filho, José Antônio Fonseca, José Tadeu Bento França, José Tadeu Lúcio Machado, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Martins de Oliveira, Luiz Carlos Caíto Quintana, Luiz Gabriel Sampaio, Márcio José de Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Fiori Luiz, Nelson Guimarães Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Odeni Villaca Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo de Alencar Furtado, Péricles Pacheco da Silva, Quielse Crisóstomo da Silva, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Trajano Bastos, Werner Wanderer, Wilson Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Votaram 58 Srs. Deputados.

Para colaborar na contagem dos votos, convido os Srs. Deputados Artagão de Mattos Leão e Gabriel Sampaio.

(Procede-se a contagem dos votos).

(Os Srs. Deputados escrutinadores prosseguem a apuração dos votos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência vai divulgar o resultado dos votos apurados. Para:

1.º Vice-Presidente: Sr. Deputado Nestor Baptista — 57 votos (Palmas);

2.º Vice-Presidente: Sr. Deputado Werner Wanderer — 58 votos (Palmas);

1.º Secretário: Sr. Deputado Gernote Kirinus — 56 votos (Palmas),

2.º Secretário: Sr. Deputado Francisco Escorsin — 56 votos (Palmas),

3.º Secretário: Sr. Deputado Dirceu Silveira Manfrinato — 56 votos (Palmas),

4.º Secretário: Sr. Deputado Fuad Nacli — 56 votos (Palmas).

Entre os votos contados, houve um voto nulo e um em branco.

Em vista dos números anunciados, esta Presidência tem a honra de proclamar eleitos para:

1.º Vice-Presidente o Sr. Deputado Nestor Baptista,

2.º Vice-Presidente o Sr. Deputado Werner Wanderer,

1.º Secretário o Sr. Deputado Gernote Kirinus,

2.º Secretário o Sr. Deputado Francisco Escorsin,

3.º Secretário o Sr. Deputado Dirceu Silveira Manfrinato,

4.º Secretário o Sr. Deputado Fuad Nacli.

Esta Presidência tem a honra de convidar os Srs. Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin, para assumirem a Primeira e Segunda Secretarias, respectivamente.

Tenho a honra de convidar a todos os presentes para, de pé, ouvirem o compromisso proferido pelo Presidente, a afirmação de compromisso constitucional a ser confirmada por todos os Srs. Representantes do Povo, com as palavras.

"Assim o prometo" à medida que cada um for sendo chamada nominalmente pelo Sr. Primeiro Secretário.

"Prometo guardar a Constituição Federal e a do Estado, desempenhar fiel e lealmente o mandato que me foi confiado e promover o bem do Paraná".

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Gernote Kirinus) — Sr. Deputado Nestor Baptista — assim o prometo.

Sr. Deputado Werner Wanderer — assim o prometo.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Francisco Escorsin) — Sr. Deputado Gernote Kirinus — assim o prometo.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Gernote Kirinus) — Sr. Deputado Francisco Escorsin — assim o prometo.

Sr. Deputado Acir Mezzadri — assim o prometo.

Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos — assim o prometo.

Sr. Deputado Airton Cordeiro — assim o prometo.

Sra. Deputada Amélia Hruscka — assim o prometo.

Sr. Deputado Anibal Khury — assim o prometo.

Sr. Deputado Antônio Anibelli — assim o prometo.

Sr. Deputado Ferrari Júnior — assim o prometo.

Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão — assim o prometo.

Sr. Deputado Augusto Carneiro — assim o prometo.

Sr. Deputado Basílio Zanusso — assim o prometo.

Sr. Deputado Deni Schwartz — assim o prometo.

Sr. Deputado Dirceu Manfrinato — assim o prometo.

Sr. Deputado Djalma de Oliveira Cezar — assim o prometo.

Sr. Deputado Donato Gulin — assim o prometo.

Sr. Deputado Edgar Ribeiro Pimentel — assim o prometo.

Sr. Deputado Edmar Luiz Costa — assim o prometo.

Sr. Deputado Eduardo Ferreira Baggio — assim o prometo.

Sr. Deputado Erondy Silvério — assim o prometo.

Sr. Deputado Ervin Bonkoski — assim o prometo.

Sr. Deputado Ezequias Losso — assim o prometo.

Sr. Deputado Fuad Nacli — assim o prometo.

Sr. Deputado Gabriel Manoel — assim o prometo.

Sr. Deputado Gilberto Rezende de Carvalho — assim o prometo.

Sr. Deputado Hermas Brandão — assim o prometo.

Sr. Deputado Homero Oguido — assim o prometo.

Sra. Deputada Irondi Pugliesi — assim o prometo.

Sr. Deputado Ivan Gubert — assim o prometo.

Sr. Deputado Jorge Amim Maia Filho — assim o prometo.

Sr. Deputado José Antônio Fonseca — assim o prometo.

Sr. Deputado José Tadeu Lúcio Machado — assim o prometo.

Sr. Deputado Leônidas Chaves — assim o prometo.

Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira — assim o prometo.

Sr. Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana — assim o prometo.

Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio — assim o prometo.

Sr. Deputado Márcio José de Almeida — assim o prometo.

Sr. Deputado Mário Pereira — assim o prometo.

Sr. Deputado Nelson Buffara — assim o prometo.

Sr. Deputado Nelson Fiori Luiz Malaguído — assim o prometo.

Sr. Deputado Nelson Vasconcelos — assim o prometo.

Sr. Deputado Nilso Sguarezi — assim o prometo.

Sr. Deputado Odeni Villaca Monguel — assim o prometo.

Sr. Deputado Orlando Pessuti — assim o prometo.

Sr. Deputado Osvaldo de Alencar Furtado — assim o prometo.

Sr. Deputado Péricles Pacheco da Silva — assim o prometo.

Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva — assim o prometo.

Sr. Deputado Roberto Requião — assim o prometo.

Sr. Deputado Ruben Bueno — assim o prometo.

Sr. Deputado Sabino Campos — assim o prometo.

Sr. Deputado Sérgio Spada — assim o prometo.

Sr. Deputado Tércio Albuquerque — assim o prometo.

Sr. Deputado Tugio Setogutte — assim o prometo.

Sr. Deputado Trajano Bastos — assim o prometo.

Sr. Deputado Wilson Fortes — assim o prometo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Líder do Partido Democrático Social.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Meus Senhores, minhas Senhoras. (Lê):

"Recebemos a honrosa missão para que, em nome da Bancada do PDS, com assento nesta Casa, saudemos os componentes deste Poder, na oportunidade de instalação dos trabalhos relativos à 10ª Legislatura.

É uma nova página na história da Assembléia Legislativa do Paraná. E sem desdouro algum ao passado, é fora de dúvidas que avulta o fato de que ela reveste-se de contornos singulares, caracterizando efetivamente um novo rumo exigindo, por conseguinte, novas posturas.

Com efeito, nunca como nos dias atuais, quando toda uma civilização é sacudida — de um lado pelas mais impressionantes conquistas tecnológicas, e de outro padece, ainda, dos mais elementares direitos à alimentação, saúde, moradia, educação, às mínimas condições — em suma — para uma existência pelo menos digna de ser vivida — cresce a responsabilidade dos que, em poder como este, legitimado pela vontade soberana do povo, haverão de encaminhar os anseios da sociedade, e a luta para assegurar os seus direitos.

Se a democracia é sabidamente o regime ideal, pois perante ela todos os homens são iguais, na somatória de suas aspirações, ninguém duvida de que ao Poder Legislativo cabe o desempenho dela ser o pulmão, para que não se asfixie, mas pelo contrário, se oxigene a legitimidade de uma instituição, que haverá de ser forte, independente, coerente enfim para com a finalidade que lhe deu origem.

E a nossa luta primeira, Sr. Presidente e Srs. Deputados, haverá de ser certamente, comum, visando reassegurar ao Legislativo sua inalienável legitimidade, garantindo-se as prerrogativas mínimas para seu cabal desempenho. Mínimas,

porém indispensáveis.

E de outra postura não pode se esperar de quem, como nós, encarna nesta casa desde o homem das barrancas do Rio Paraná, ao caçara dos mais afastados mares. Enfim, o grandioso e fascinante universo humano, com suas alegrias, lágrimas, esperanças e frustrações, universo que se identifica por uma só palavra síntese: o povo.

Agentes da Democracia que somos, ao povo não podemos faltar. Sobre tudo nesta quadra, como é de conhecimento geral, asoberbada por dificuldades de toda a ordem mas que haverão de ser superadas, com sacrifícios de qualquer grau, e sob a inspiração divina.

Na instalação dos trabalhos de hoje, de modo particular, uma colocação se faz necessária. O resultado das urnas delegou nova missão aos representantes do PDS. O Partido Democrático Social é minoritário e, por conseguinte, oposicionista. Exercerá, no entanto, o nunca negado direito às minorias, passageiras e renováveis, como mostra o curso da história, não a história feita pelo totalitarismo e pela imposição.

Hoje mudamos nosso posicionamento no Plenário mas não mudamos nossa vontade de luta e muito menos nosso idealismo. Se o bem comum sempre foi nossa preocupação maior, dele não faremos oposição estéril, incoerente, sistemática, irresponsavelmente apedrejadora. Cobraremos as promessas feitas ainda recentemente nos palanques políticos e nos órgãos de comunicações.

Nos preocupa, sobretudo, evitar a demagogia apocalíptica e contornar a mentira sistemática. Propondo, para tanto, soluções e buscando caminhos viáveis. A exerceremos em toda sua plenitude, valorizando o trabalho nas comissões desta Casa, fazendo das CPIs não um mero instrumento de intimidatória fachada para objetivos menos legítimos.

Devemos, de início, ter por preocupação reformular o próprio funcionamento desta Casa, que necessita acompanhar o progresso, precisando urgentemente de um instrumental que possibilite aos seus componentes, quer os legisladores, quer seu corpo administrativo, um autêntico banco de dados para que se racionalize a máquina funcional de um lado, e que se munície os Senhores Deputados, por outro tanto, dos indispensáveis assessoramentos para melhor desempenho das tarefas gerais.

Queremos, igualmente, a participação dos mais variados segmentos comunitários no dia a dia desta Casa. Quer com a efetivação de simpósios, conferências, seminários, palestras, enfim toda a sorte de conclaves. Bem como o debate vivo e franco com empresários, trabalhadores, universitários, todos eles imprescindíveis para que seja autenticamente a Casa de toda uma geração e de toda uma sociedade.

Os dois grandes desafios que ora se nos apresentam parecem ser o da ordem institucional, para a qual certamente estaremos todos unidos, e o de ordem instrumental, para que encontremos os meios hábeis e capazes para consecução dos nossos objetivos.

Entendemos a Liderança como missão outorgada e que deva ser exercida em consonância com aqueles que a nós delegaram. E neste sentido, desde já, pretendemos exercê-la de forma colegiada, estimulando o trabalho de vice lideranças e dando atenção constante ao trabalho das comissões permanentes. O Paraná pode confiar nos ilustres Parlamentares pedessitas. Homens calejados no trabalho, com vivência na vida pública, estão todos a disposição da gente paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A história demonstra que na instalação da Província do Paraná, teve seu Presidente, o Conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcelos, a preocupação de compor a primeira Assembléia Legislativa Provincial, sem discriminação partidária, entendendo que toda representação oriunda do povo é legítima.

Nos dias atuais, o voto é, sem dúvida, uma das manifestações da participação popular que reclama a democracia. Essa

participação, contudo, não pode ser resumida ao rito do povo. Essa participação deve ser, sobretudo, autêntica. E como buscar e exercitar tal autenticidade?

Buscar e exercitar tal autenticidade é a grande missão desta legislatura que agora se instala. Cabe-nos preservar nossa imagem perante a opinião pública, fazendo deste um poder real, que tenha responsabilidade em seu confronto com o Executivo e o Judiciário. E para que assuma a responsabilidade que lhe foi tirada, por pressão ou omissão.

É comum ouvirmos do leigo questionamento a respeito da necessidade do Poder Legislativo no mundo contemporâneo. Quem de nós não ouve idéias esteriotipadas de pessoas mal informadas ou mal intencionadas a respeito do trabalho das casas legislativas na atualidade? Ademais, é possível estabelecer a relação entre a crise da lei, a crise do legislativo e à própria crise da democracia.

Leis são editadas permanentemente, aos borbotões. Leis conflitantes, leis que duram — como a rosa de malherbe, “L’Espace d’un Matin”....

É verdade que a própria complexidade das atividades estatais, que hoje interferem em todos os ângulos da vida social estão a exigir novas leis, mas não se justifica que em nome desse princípio, se editem leis que, feitas às pressas, para atingir a contingências do momento, tragam em seu bojo o estigma da leviandade. E, depois, se promulguem leis para complementá-las, explicá-las, remendá-las, consertá-las...

Neste Poder legiferante teremos um amplo campo de ação. A par da missão de fiscalizar — própria do Parlamento — exerceremos a função de editar leis que vão direcionar a vida do Paraná nos próximos quatro anos. Temos bem presente as dificuldades e desafios dessa função. Não queremos e não podemos editar leis apressadamente, nem leis cambiantes que tragam em seu bojo o estigma da leviandade.

Queremos fazer as leis reclamadas pela sociedade. Aquela lei no dizer de Bluntschli “É a expressão mais elevada, mais eminentemente política do direito, sua fórmula mais ponderada e mais pura. O Estado inteiro fala por sua voz, fixa assim o direito, reveste-o de sua autoridade. A lei, que deve ser o “verbo perfeito do direito”....

Para isso, precisamos eliminar nossas próprias deficiências e superar nossos vícios, de vez que a crise da lei está vinculada à falência dos Parlamentos como Legisladores. É notório — mister reconhecer — que não temos dado conta das necessidades legislativas que a sociedade contemporânea está a exigir e não é menos verdade que regimes e autoridades têm disso se valido para reduzir ainda mais as atribuições legiferantes das Casas de Leis, criando dúvidas ao povo a respeito da necessidade ou utilidade dos Parlamentos.

Contra isso, precisamos reagir. A nossa incapacidade conduz à abdicação. Precisamos criar, com urgência, as condições instrumentais a que já nos referimos, para poder contribuir para o estabelecimento de leis justas, evitando que se criem delegações do Poder Legislativo, de forma ostensiva ou disfarçada, apesar das proibições constitucionais.

Este poder somos todos e cada um. Cada um com sua experiência, sua visão, sua liderança, seus sonhos e aspirações. Somos todos no trabalho em favor do Paraná. Nesta casa, no convívio dos contrários, somos todos partícipes de um tempo de perigos, grandeza e oportunidades nunca antes atingido. Transformá-lo num tempo produtivo para o povo do Paraná, é tarefa comum.

Senhores: esta haverá de ser nossa maior missão, restaurar nossa condição e nossa capacidade de bem legislar, e de instrumentalizar esta casa para que a covardia e a incapacidade não nos conduzam à abdicação.

Dizia Montesquieu. “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade, porque se pode temer que o mes-

mo monarca ou mesmo senado faça leis tirânicas para executá-las tiranicamente”.

O aspecto crucial Senhores, desta questão, é que se de um lado a impraticabilidade, a falta de condições de acompanhar o ritmo, o tempo e hora das necessidades do Governo, justifica de certo modo o Poder Legislativo do Executivo, a advertência de Montesquieu de que não há liberdade numa só pessoa, não pode ser esquecida.

E o Paraná, por este Legislativo que aqui e agora se instala, pode servir como um grande exemplo de que a lição de Montesquieu não perdeu sua razão de ser.

Pedi-me o ilustre parlamentar Wilson Fortes que não terminasse estas palavras, sem dirigir um agradecimento especial aos nossos familiares, esposas e filhos, todos os parentes sabem o quanto somos gratos; e sabem porque somos gratos, mais do que um agradecimento, levem a certeza de que este é um dia de esperança que haverá no cotidiano do dia a dia desta Assembléia de transformar-se em realidade, em favor do povo do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados Integrantes da Comissão Executiva, Deputado Gernote Kirinus, Deputado Francisco Escorsin.

Meus prezados colegas, Senhores Deputados, Srs. ex-Deputados aqui presentes, estimados funcionários, meus Senhores, minhas Senhoras.

Como disse o nobre Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tem redobrado significado a presença neste recinto e nesta hora, do calor, do carinho e do amor dos nossos familiares. (Lê):

“O acontecimento de hoje, não apenas pela sua pompa e formalidade deve ficar registrado nos ANAIS desta CASA, impõe-se pelo seu significado histórico.

Neste Poder hoje tomam posse, homens e mulheres que mudaram a face política do Paraná. Com a natural vaidade de sermos d’ora em diante maioria neste Parlamento, aqui retornamos alguns e a maioria pela primeira vez chega, para o exercício de um mandato que pressupõe seja o mais responsável, consciente e conseqüente para o fim democrático que indistintamente a todos nos impulsiona.

Particularmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinto-me lisonjeado pela honrosa missão de liderar esta briosa bancada. Se hoje maioria, ela vem timbrada por um preparo ardente, penoso e de grande resistência, com que a oposição se preparou e resistiu para escalar o Poder. E talvez por isso, por termos estado mais em contato com o povo, que nos bastidores dos Palácios do Poder — nosso compromisso e objetivo primeiro — é levar a contento o mandato que todos sabem foi legitimamente conquistado na urna.

O momento é solene e talvez não apropriado para outras questões, porém importante demais para que não se deixe registrado aqui o agradecimento formal ao Povo Paranaense.

A nossa vitória pessoal foi importante.

Fundamental, porém, para os destinos da democracia foi a vitória da oposição, ao eleger o Senador JOSÉ RICHA Governador do Paraná, fazendo a maioria deste Parlamento e das unidades municipais.

Ao escrever tão claramente com os números das urnas, decidiu o povo paranaense, que a causa democrática é o fundamental. Mas a vitória do PMDB, não significa pois o fim de uma etapa autoritária, eis que ainda continuamos a luta maior da democracia brasileira, pressionados em meio a uma crise sem precedentes na história econômica desta Nação.

A vitória da oposição, por sinal nos Estados mais desen-

volvidos e politizados da Federação, nos dá a certeza, a nós do PMDB, que enfrentamos na eleição todo o tipo de casuismos e restrições que a história do pleito registrou, uma inabalável certeza da adesão do povo à nossa causa partidária, ou seja a conquista da democracia.

O povo ao nos outorgar pela via legítima da eleição, os Poderes Executivo e Legislativo do Paraná sabe que isso não basta para termos um regime democrático, eis que dentro da interdependência teórica da Federação, na prática inexiste a devida autonomia pelos estados e municípios, anulados pelo desabusado autoritarismo centralizador da tecnoburocracia-militar, instalada pela força e mantida pela sucessão do continuismo casuista.

O povo sabe que o Governo do Paraná, tem que ser e será indubitavelmente, o grande instrumento pela conquista democrática. Até aqui, o Povo teve no nosso partido seu instrumento de luta que se desenvolveu, mais no campo político e ideológico. Agora, armados e instrumentados com parcela do Poder dos mais importantes Estados da Federação Brasileira, aceleraremos a causa democrática.

Efetivamente precisamos da democracia.

Não é mais possível que um povo que deu sobeja prova de amadurecimento e preparo político nesta complexa e difícil eleição, tenha que assistir impassível os desmandos do Poder Central que continuam trazer a infelicidade para nossa Nação.

A falta de um efetivo regime democrático é que permite ainda, a mistificação ministerial deste governo autoritário e não eleito legitimamente pelo povo. Só mesmo um governo que não é o resultado da eleição livre, pode pretender o reascendimento econômico a partir da redução salarial, confiscando com um Decreto-Lei o já minguado salário do nosso trabalhador. Este trabalhador que vem perdendo gradativamente suas conquistas e até seu emprego.

A clara ingerência do FMI, nos dá a certeza dos males irreparáveis que os anos de autoritarismo causaram a esta Nação. Tão graves e profundos foram que hoje constatamos humilhados ser precário o nosso conceito de Nação soberana, pois que aqui tem falado mais alto os interesses externos.

Tão envolta está ainda a Nação Brasileira pelo autoritarismo Sr. Presidente, Srs. Deputados, que só uma Nação sem democracia suporta escândalos financeiros como o recente caso Delfin, em que se mistifica uma transação imobiliária, para um terreno que vale nove passar a valer sessenta bilhões, favorecendo os privilegiados do poder, contra o interesse dos assalariados, já que o governo pelo BNH, se arvorou de gestor apropriando-se do dinheiro da classe trabalhadora.

Nossa bancada tem, pois, clara consciência da missão que o povo nos delegou:

Continuar a luta da busca democrática e para isso, Sr. Presidente, é importante e fundamental, que este Poder também se democratize.

A minoria desta Casa deve ter respeitado o seu direito, mesmo que no passado se tenha desrespeitado o nosso. O rolo compressor da nova maioria só funcionará pela força do direito, nunca pelo direito da força.

O povo aqui deve ter voz soberana, com a implantação da “TRIBUNA LIVRE”, assegurando-se sempre a intangibilidade dos mandatos parlamentares, conquistados pela legitimação do voto.

Damos pois, Sr. Presidente, aos colegas da minoria, os votos de boas vindas e o sincero desejo que desempenhem seus mandatos para consecução do bem comum. Mesmo da firmeza de nossas posições, terão o respeito e a ética parlamentar da consciência civilizada.

Aos funcionários deste Poder, a nossa admiração e a esperança que sejam os fiéis instrumentos do grandioso trabalho que esta 10ª Legislatura nos reserva.

Aos companheiros de bancada, o estímulo da luta comum,

com a saudação efusiva e necessária aos novos colegas.

Líder é o homem que tem o poder pessoal de influenciar, conduzir, orientar, disciplinar e motivar as pessoas.

Utilizem pois, os novos Deputados — como líderes legítimos, esta formidável potencialidade humana e sociológica que hoje passa a engrandecer esta Casa. Revigorado está o Poder, com os que chegam, para ser, daqui para frente, a correspondência, o clamor a voz e vez da angústia popular.

Que a dignidade de homens livres, compromissados com o interesse público, façam deste Parlamento a verdadeira Casa do Povo, mas acima de tudo, onde impere o direito, o cavalheirismo e a lhanza do trato no respeito mútuo e fraterno.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos cabe falar na mulher, saudando suas Excelências as nobres Deputadas Amélia Hruschka e Irondi Pugliesi, que assumem hoje a grande responsabilidade de representarem a mulher paranaense.

Quando dizíamos que este acontecimento tem elevada importância histórica, é porque a partir de hoje a mulher se incorpora neste Parlamento na árdua e difícil tarefa de legislar. Esta mulher brasileira que ombreada com o marido, junto à família, ao lado do companheiro ou embevecida pelo amor do namorado, constitui boa parte da riqueza humana do paranaense, oferecendo sempre diligentemente sua força de trabalho, para agora, também, participar da vida política. A presença de Vossas Excelências aqui, das mulheres nas Prefeituras, nas Câmaras Municipais, são o resultado da intensa participação que a mulher teve na última campanha eleitoral.

Ao saudá-las com as boas vindas e desejo de amplo sucesso no desempenho destes mandatos, estamos saudando e agradecendo a todas as mulheres paranaenses, grandes responsáveis pela mudança política que registrou a vitória oposicionista.

À nova Comissão Executiva, formulamos votos de pleno sucesso nesta difícil missão, hoje assumida.

Esta Liderança e nossa bancada, Sr. Presidente, não regateará apoio a todas as decisões e medidas que busquem a reconquista das prerrogativas deste Poder, adequando-o às atuais exigências administrativas, e valorizando-o para sair daqui sempre e em caráter permanente, o exemplo vivo e pedagógico de que é a democracia o melhor e mais responsável regime político para o nosso Brasil."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Quero anunciar aos presentes e aos Srs. Deputados, que os Srs. Deputados eleitos receberão os cumprimentos no Salão Nobre deste Poder Legislativo.

Declaro instalada a 10ª Legislatura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e convoco os Srs. Deputados para a Sessão de Instalação da Primeira Sessão Legislativa da Décima Legislatura, no dia 1.º de março, às 15:00 horas, oportunidade em que o Sr. Governador do Estado comparecerá a esta Casa para ler a Mensagem que dará conta da situação do Estado e solicitará as providências que julgar necessárias.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO
SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO COTRIM,
EM SESSÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1982**

O SR. JUCUNDINO FURTADO — Em primeiro lugar, quero saudar, cordialmente, com todo o respeito, os Parlamentares que aqui estão presentes a esta reunião, e dizer que, não me vejam como um tecnocrata ou um banqueiro, pois na realidade sou um professor universitário, sou político militante há muitos anos, desde 1950, e infelizmente, não tive ainda o prazer e a honra de pertencer ao Poder Legislativo com um

mandato popular, mas acompanho permanentemente a atividade política, sempre encontro companheiros de política, antigos ou novos. Ainda agora tive o prazer de cumprimentar o Deputado Murilo Canto, que foi meu companheiro no antigo Partido Democrata Cristão, quando ainda jovem, Partido do qual fui Secretário Geral por quase 10 anos, até sua extinção. Participei como Secretário Geral da Comissão Organizadora do Partido Democrático Social, no Paraná, no ano passado. Então, procuro ser um misto de administrador e de político.

O que eu poderia nesta reunião, é trazer apenas uma opinião pessoal sobre a situação financeira e econômica, não só do nosso País, mas com a sua origem no âmbito internacional, e depois, no final, poderemos debater alguns pontos que os nobres Deputados tiverem interesse. Finalmente, deveremos abordar um tema que acho que é do interesse imediato de todos nós, que são as perspectivas para o próximo ano, do ponto de vista econômico-financeiro para os governos estaduais.

Acredito que todos nós estamos preocupados com o que vai acontecer no próximo ano, e como vão desempenhar as suas funções os governos estaduais, principalmente aqueles que — fruto da decisão das urnas — representam anseios populares latentes há muitos anos.

Então, em primeiro lugar, deveria fazer um retrospecto gráfico, tão rápido quanto possível, da situação econômico-financeira internacional, e que levou o Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

Estive pessoalmente presente à reunião do Fundo, em Toronto, no início de setembro, e lá o ambiente pelos corredores — porque tal nos Parlamentos, há mais gente nos corredores do que no plenário propriamente dito; a situação nos corredores era de verdadeiro pânico com a ida, do pedido do México, de praticamente uma concordata, com a situação grave da Argentina, com o auxílio que teria dado já à Polônia, e a grande apreensão quanto ao montante, elevadíssimo, da dívida brasileira.

Embora as autoridades brasileiras e todos nós disséssemos que aquilo não dizia respeito ao Brasil, porque tínhamos um perfil da dívida completamente diferente desses outros países, parece que os bancos internacionais também, tomados de pânico, não acreditaram muito nessas versões, e restringiram totalmente os créditos em prazos longos e elevados ao nosso País, a partir de setembro, então, tivemos dificuldades tremendas em renovar a nossa dívida, em reescalonar as nossas dívidas e fechar o nosso Balanço de Pagamento mesmo em 82.

Agora, já, tardiamente, se sabe do socorro que tivemos do Banco Central Norte-Americano para fazer face aos serviços da dívida, e chegamos agora a uma situação inevitável de ir ao Fundo Monetário Internacional, tantas vezes discutido por alguns, pedido e reclamado por outros, por outros, negado.

O fato é que, concretamente, não conseguimos dos bancos

internacionais, fechar o balanço de 1982, e só conseguimos os chamados empréstimos pontes, de curtíssimo prazo, elevando exageradamente os nossos compromissos a curto prazo para o ano que vem, que alguns órgãos especializados da imprensa internacional como o National Times e outros, dizem que é da ordem de 30 bilhões de cruzeiros, mas que as autoridades brasileiras dizem que é de 11 bilhões para o próximo ano, valor que se situa hoje, entre 11 a 18 bilhões de cruzeiros — desculpem, quero dizer, de dólares.

Nós temos as notícias recentes de ontem, que o Brasil chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional e estabeleceu as bases para a famosa Carta de Intenções, ao Fundo.

Esta Carta de Intenções prevê que o Brasil poderá sacar, nos próximos três anos, a juros médios de oito por cento ao ano, prazo de dez anos, dois tipos de empréstimos: um que é chama-

do de Crédito Compensatório, da ordem de um bilhão de Direitos Especiais de Saque, esses Direitos é de uma cesta chamada Cesta de Moedas Fortes, que é um pouco acima do valor unitário do dólar, e um crédito chamado Espaço-Unidade Ampliada de 4,5 bilhões de dólares, isso se for colocada em prática a decisão dos grandes países industrializados, que aumentarão os recursos do Fundo já neste ano, em 50 por cento.

Então, o Brasil poderá ter um empréstimo, aceita a Carta de Intenções, em janeiro, de seis bilhões de dólares. Com isso, e esse aval do Fundo Monetário Internacional, os Bancos internacionais particulares, que são os grandes credores nossos, que se retraíram nesses últimos meses — na minha opinião para forçar a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional, prometem nos dar, nesse encontro agora do dia 20, em Nova Iorque, outros bilhões de dólares — cerca de um empréstimo de dois bilhões e 400, mais um outro de três a quatro bilhões de dólares, para que se conserte essa situação a curto prazo, e o Brasil fique ausente do mercado financeiro internacional durante os próximos sete ou oito meses.

Para que isso aconteça, o Brasil chegou, ontem à noite, à famosa Carta de Intenções que não está divulgada e já os políticos reclamam hoje, que ela deve ser, ou divulgada, ou amplamente discutida no Congresso Nacional. Então, nessa Carta, alguns pontos já foram divulgados: um é que, deve se procurar redução da inflação no Brasil, para nível de 70 por cento em 83; que o crescimento do produto interno bruto seja da ordem de 1,5 a 2 por cento, para que não haja uma recessão ou diminuição do nível de emprego, que haja um corte de pelo menos 9 a 10 por cento nos dispêndios globais, das estatais, e, uma contenção de gastos gerais do Governo Federal, e a Lei Salarial seja reestudada para tirar dela os aspectos inflacionários, e que haja uma desvinculação da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, isto é, da Correção Monetária, da variação cambial, e que haja, que possa haver Auditoria do Fundo Monetário Internacional periodicamente — alguns afirmam de seis em seis meses, outros, três em três meses — uns dizendo uma Auditoria propriamente dita, outros dizendo que não, que apenas uma visita, confronto de dados estatísticos, etc.

Na realidade, nós, como país, agimos como pessoa física que está endividada, que usa do crédito até o limite de exaustão, e que os nossos financiadores dizem, num determinado momento:

— Bom, não posso te emprestar mais, a não ser que você traga um bom avalista.

Então, o bom avalista, um bom amigo que nós temos, fixa as condições:

— Bem, eu dou meu aval, mas você tem que conter os seus gatos, tem que mudar tua maneira de vida, teu modo de vida, tem que vender o teu barco na praia, tem que vender a chácara que você usa nos fins-de-semana com sua esposa, com seus filhos.

Em alguns casos, diz:

— Bem, você tem que largar daquela amante que custa muito caro.

Tudo isso a pessoa tem consciência e chega a um ponto que diz:

— Bom, foi bom enquanto durou. Agora, preciso do avalista para continuar tendo crédito e não quebrar. Preciso ter essa contenção de gastos supérfluos.

O difícil é que nossos familiares, todos se conformem com a diminuição desse consumo tão bom, ou desse supérfluo.

Vender uma chácara em que a esposa e os filhos vão todo o fim de semana, é realmente doloroso. Vender o barco agora no início da temporada, quando a gente vai para a praia habitualmente, também não é negócio muito bom. E deixar a amante, pior ainda, porque alguém vai pegar.

Então, desculpe a franqueza, talvez a comparação seja

um pouco grosseira, mas nós, na realidade, arranjamos um avalista que nos impôs determinadas condições. Acho que não adianta tapar o sol com a peneira. Estamos todos no Brasil, conscientes de que temos um tipo de ressaca física. Como todos fizemos uma farra ontem, exageramos nos gastos, hoje um de nós faz o rateio da conta e diz.

— Bem, tocou tanto, para cada um.

Mas que absurdo, eu mal participei daquilo, fui até de curioso.

Não, mas você estava lá. Então, toda a sociedade brasileira vai ter que arcar com este ônus, não adianta culpar quem nos levou até lá para a festa, quem foi o idealizador da festa e dizer: este que idealizou é que paga a despesa. Não é assim, porque ele não paga. É a mesma coisa dizermos que o Governo tem que resolver o problema, o Governo não é uma coisa fictícia, um símbolo, ou tem autoridades que são responsáveis mas que não vão pagar a conta individualmente. Os sacrifícios são de uma coletividade toda.

Então, os reflexos vêm agora, que é a apresentação das contas que devemos ter hoje na reunião do Conselho Monetário Internacional. Então o Conselho hoje é que vai apresentar a conta para todos nós. Prevê-se que hoje o Conselho decida entre outras coisas: o corte geral de subsídios no crédito agrícola, que leva a taxa de juro hoje de 45 a 70 por cento, na região Centro-Sul, 70 por cento do INPC, mais cinco por cento de juros. E na região Norte-Nordeste, a 50 por cento do INPC mais cinco por cento de juros.

A partir de 83, e isso interessa aos parlamentares da região Norte-Nordeste, na primeira safra, isso aplicaria ainda os juros de 45 por cento ao ano para o custeio agrícola. Mais os novos juros já para investimento e comercialização de safra.

E na região Centro-Sul, já os novos valores, a partir desta decisão ou praticamente a partir de janeiro. E se eleva na prática os juros a cerca de 70 por cento na região Centro-Sul os de 65 a 70 por cento, de 60 a 70, e cerca de 60 por cento na região Norte-Nordeste.

O outro corte é o de subsídio no petróleo. Então, é uma aceleração nos custos dos derivados de petróleo, do trigo, do açúcar, das tarifas e de serviços públicos.

Então, acho que o setor de energia elétrica, de comunicação, enfim, todas as tarifas de serviço público também seriam eliminados os subsídios. O aumento da participação dos bancos privados no crédito agrícola.

Com a modificação e a 25 por cento dos depósitos se transformem num percentual em relação às aplicações globais dos bancos, mantendo as mesmas taxas subsidiadas da Resolução 674, no que diz respeito à exportação. Outra é a desvinculação dos reajustes das ORTNs, ou da correção monetária, da variação cambial. Esta, está implícito que vai haver não uma maxidesvalorização do cruzeiro que está negado, mas um aceleração das minidesvalorizações, com acréscimo de percentuais a cada minidesvalorização. Para que não haja influência na correção monetária das coisas e dos serviços, então se faz esta desvinculação.

Bom, o problema mais sério dos estados agrícolas, é a mudança de taxas de juros. É anunciada também, não o que já foi dito, porque agora está negado que haveria a liberdade na aplicação dos recursos próprios dos bancos, mas vai continuar por um tempo ainda nos limites da expansão da aplicação dos recursos próprios, e vai continuar também as mesmas taxas incidentes de impostos de operações financeiras porque o Tesouro Nacional também não pode abrir mão dos recursos para eliminar déficits de caixa.

Então, no crédito rural, é que preocupa bastante já a sociedade rural brasileira que estão reclamando que ao crédito subsidiado, ultimamente tem correspondido um crescente custo dos insumos de máquinas de fertilizantes, de combustíveis. De preço das terras e tudo afinal que os agricultores necessitam para

produzir, além do barateamento dos custos reais dos produtos agrícolas. Essa, então, se pede uma compensação para eliminação progressiva do subsídio do crédito rural, uma compensação com política de preços mínimos com valores maiores para os produtos agrícolas ou incentivos através de redução de impostos, e preocupa bastante, que mantida a alta taxa de remuneração para investidores seja através de caderneta de poupança, seja através mesmo de títulos públicos ou particulares, é que o agricultor queira colocar os recursos próprios na agricultura para o próximo ano.

É natural que cada empresário — aqui deve ter muitos que ao mesmo tempo são políticos e empresários, esperando como nós, políticos, estamos, quais as medidas concretas para que possam fazer os seus investimentos. Por isso, me parece e a muita gente que o que é fundamental é a divulgação exata, não só da Carta de Intenções, como quais são as medidas concretas para sabermos o valor exato da conta que temos que pagar, seus investimentos, suas programações para o próximo ano. Senão, um diz, é mais ou menos tanto, e não sabemos exato. No fim, diz: olha, mas tem mais isso, correção de coisas que a gente compra a preço fixo, depois vem reajustes periódicos e abre também, por haver muitas facções políticas, a necessidade ou a pretensão, ou o desejo de que se discuta o modelo econômico que está sendo adotado no País e se há conveniência ou se é oportuno rever esse modelo ou se existe outro melhor do que o atual, convenha à situação do nosso País.

E agora, o que é que pode acontecer como segunda consequência, porque os governos estaduais, somos função de função, no âmbito dos Estados. Temos, de um modo geral, pelo que se sabe, uma situação no Estado bastante diferente. Há Estados que estão bastante endividados, tem outros que estão folgados, financeiramente e não têm grandes empréstimos, mas tem também redução de impostos, encargos crescentes, principalmente com pessoal, e também tem problemas como tem o Governo Federal com as estatais, tem problemas também com estatais estaduais.

Parece-me que os governos estaduais nos últimos tempos também fizeram, como o País, uso de recursos externos. No Paraná é bem menor, são 321 milhões de dólares a dívida do Estado, e diz o Secretário de Finanças que a maioria a longo prazo, tendo em 83 serviço da dívida, amortização de juros, 57 milhões de dólares que é perfeitamente compatível com o orçamento estadual.

Não conheço a situação dos outros Estados, mas o fato é que nenhum Estado poderá, no meu modo de ver, contar, principalmente se os novos Governos devem estar atentos para isso, é claro — com recursos externos, como Governos anteriores, como o atual ou o imediatamente anterior contaram largamente. Empréstimo através de 63 ou de Governo a Governo, recursos externos para financiar obras públicas ou mesmo despesas de custeio. Pelas perspectivas que disse ainda há pouco, anunciadas pelas autoridades, no próximo ano, pelo menos 6, 7 ou 8 meses o Brasil ficará ausente do mercado financeiro internacional.

E ainda há um outro dado. Pelo que foi já anteriormente divulgado, também está consagrado, nós devemos compatibilizar o balanço de pagamentos para que haja um superávit praticamente de 7 bilhões de dólares, para que o ano que vem se faça o pagamento do serviço da dívida, que é da ordem de 14 bilhões de dólares.

Então, se prevê também que o Brasil, no ano que vem, só vai ter condições de pagar os juros da dívida. Alguns dizem que é moratória. Não estamos renegociando. Agora, tem um novo termo: estamos “reciclando”, mas o fato é que as perspectivas dentro da preocupação dos bancos financeiros internacionais, relação aos países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil, é de termos recursos apenas para pagar os juros.

Então no caso de Governos estaduais, acho que é total-

mente fora de cogitação os Governos estaduais contarem com recursos externos. Não há possibilidade de captação para o próximo ano. Se houver, o País como um todo, vai amortizar parte de sua dívida. É uma opinião pessoal.

Então, não havendo essa possibilidade, só há a possibilidade de captação de recursos para empréstimo no mercado interno de poupança. Se não vem recurso externo, se torna mais apertado um mercado financeiro que já é como se diz, tecnicamente estreito. Dificilmente os Estados poderão captar com facilidade recursos através de obrigações reajustáveis do Tesouro Estadual ou através da emissão do certificado de depósito bancário como já foi feito anteriormente ou nesse ano.

Sabemos que os bancos estaduais, principalmente bancos estaduais de desenvolvimento, fizeram captação grande de recursos no mercado interno, nesse ano, através da emissão de certificado de depósito bancário.

E o povo exige que o dinheiro nosso, que é gasto através das empresas estatais, tenha realmente um caminho mais correto no seu emprego. E para enfatizar mais ainda do que aquilo que o Deputado nosso companheiro pediu e nos conta Vossa Excelência uma informação que estes caminhos que o Brasil está seguindo não está dando condições a que as multinacionais realmente tenham campo aberto que já têm e sejam ampliadas em nosso País.

Gostaria de enfatizar a pergunta. Acho que Vossa Excelência, apesar de ser bastante claro, foi o suficiente nas respostas. Claro que continuando achando que as multinacionais deste País têm realmente o campo aberto para maior ampliação de nossas riquezas, quer no campo de minérios, quer no campo de siderurgia e tantos outros que se oferecem a que elas tenham, como eu disse, realmente um campo aberto para ser explorado.

Eu me coloquei na posição, é lógico, não conheço o plenário, não sei nem a filiação partidária de cada Deputado. Declarei a minha. Sou do Partido Democrático Social, estou integrado no Governo e não disse que o Brasil vai mal. Pelo contrário, disse que vai bem. Disse ao Deputado Murilo Campos que o Brasil — que nós trabalhamos juntos na Secretaria de Educação do Paraná — é completamente diferente de vinte anos atrás.

Acho que temos que ver no conjunto, se estamos progredindo ou não. É que a nossa ânsia de progredir é muito maior do que as nossas possibilidades reais. Isto é uma ressalva, eu não disse que vai mal. Acho que vai bem.

Aí é um ponto de vista de cada um. Mas aqui, nós estamos aqui e eu sou Professor Universitário, estou acostumado a discussão em termos acadêmicos, vamos dizer, não julguem que eu . . . eu podia vir aqui, vamos dizer, não vim como representante de Governo, com a obrigação de defender o Governo ou de criticar os próximos Governos que virão, que são adversários nossos, porque eu também, a partir de março, passo a ser estilingue. De vidraça, a estilingue. A coisa mais fácil do mundo é dizer que tudo vai mal. O difícil é corrigir o que vai mal. Mas o tempo dirá. O tempo dirá, nós tivemos eleições que o povo teve opções e quis. Então, cada governo, dentro do seu âmbito de ação, poderá demonstrar suas qualificações.

Mas eu acho que a mordomia nas empresas particulares também é paga pelo povo, porque a empresa popular repassa para o consumidor tudo. Acho que tanto o povo paga mordomia na empresa pública como paga na empresa particular. Então, como diz aqui: “tadinho” do povo.

Na empresa pública ou na empresa particular, temos administradores de todos os partidos políticos. Então, acertar ou errar não é privilégio de um filiado a este ou àquele partido político, é próprio da condição humana.

No caso das multinacionais, é um problema que é realmente mundial e que não depende de ação delas de regime deste ou daquele país. Estamos vendo a dificuldade em que estão

outros países do mundo e industrializados. A situação da França não sei se é melhor do que a do Brasil, e houve uma opção clara lá pelo Socialismo, que era uma aspiração de muitos anos e de uma grande parcela da população. Então vamos indagar aos franceses se eles estão contentes. O que temos visto é que a França também está recorrendo a organismos internacionais de crédito, tanto quanto o Brasil. Não se pode dizer que a França não esteja se desenvolvendo, ou que não seja um país desenvolvido por estar com dificuldades financeiras também e num regime bastante diferente do nosso.

Acho, particularmente, no caso das multinacionais, acho que a legislação, e isto cabe aos senhores, que são legisladores, acho que deve ser modificada a legislação para propiciar a capitalização das empresas e não facilitar os empréstimos.

Hoje é muito mais fácil remeter juros de empréstimos do que remeter dividendos. Porque os dividendos são taxados. A lei brasileira taxa a remessa de dividendos e não taxa as remessas de juros. Então é claro que cada sede mundial de uma multinacional prefere mandar dinheiro emprestado para as suas subsidiárias no Brasil ou outro país qualquer do mundo que tenha legislação semelhante, do que mandar o dinheiro para integralização do capital, porque a nossa remessa de dividendos e aí é uma culpa — não estou debitando a nenhum dos senhores, mas foi culpa dos legisladores brasileiros que sempre fizeram questão de taxar os dividendos. A remessa de dividendos do Brasil para o exterior é extremamente taxada e eu sou contrário, acho que deveria ser facilitada era a capitalização da empresa, porque isto é definitivo, não sai, é do País. Então, "saiu o tiro pela culatra", nós tanto batalhamos no passado e e eu sou mais velho que a maioria dos senhores, que nós devíamos taxar a remessa de lucro. Então, foi taxada a remessa de lucro e facilitou a entrada de empréstimo e a remessa de juros dos empréstimos que não é taxada.

Com a palavra, o Deputado Luiz Eduardo Magalhães do Estado da Bahia.

O Sr. Luiz Eduardo Magalhães — Sr. Presidente.

Gostaria de parabenizá-lo pela brilhante exposição e gostaria de fazer uma pergunta que considero muito atual e gostaria de ouvir a opinião de Vossa Excelência.

Gostaria que Vossa Excelência abordasse e fizesse uma síntese da sua opinião sobre a política salarial. Se Vossa Excelência concorda com o reajuste semestral ou é favorável à livre negociação.

O SR. JUCUNDINO FURTADO — Bom, é uma opinião pessoal. Acho que o reajuste social tem um grande e principal mérito que é a paz social. Temos, com todas as dificuldades financeiras, econômicas do País, estamos bem em paz, são raros os movimentos grevistas. Se tivéssemos outro tipo de lei salarial talvez estivéssemos muito pior, porque o reajustamento periódico do valor nominal dos salários está certo. Isto está de acordo com a definição técnica e correção monetária, que é a atualização periódica do valor nominal das coisas e dos serviços.

O que me parece e é o que está sendo discutido, é se esse aumento deve numa época de crise, ser superior a essa atualização.

Então, quando estamos numa época de crise como esta, não tem sentido premiarmos uma produtividade que não existe, ela pode existir setorialmente e pode ser transitória.

Por exemplo, no nosso caso de banco, as normas dos bancos tiveram nos últimos dois anos, um crescimento real, um lucro real de mais de 32 por cento e não acrescentado no reajuste salarial de seus funcionários. Bom, mas isso foi num determinado período. Será que vai continuar para frente? Porque os bancos quando não tiverem esses mesmos lucros, não há diminuição de salário, aquilo já foi incorporado, não há diminuição do salário e nem a justiça do trabalho permite no Brasil.

Então, sou favorável ao reajuste semestral, porque além da atualização dos salários, ele traz a paz social, a tranquilidade social. Acho, agora, que deve ser revisto é o índice de produtividade, porque no fim não há uma redistribuição de renda nisso, há uma redistribuição de salários de um para outros.

Então, há um achatamento salarial e há uma redistribuição de salários de quem ganha mais, mas não há distribuição de renda, a renda está distribuída em todos os assalariados, só que se dá um índice maior a uma determinada faixa. Então a redistribuição é interna só de assalariados, não há redistribuição de renda.

O Sr. Deputado José Lourenço — Bahia — Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que em nosso País se praticam os juros reais mais altos do mundo.

Deduzida a inflação, temos juros reais aí que vão até cem, duzentos por cento, depende do setor ou depende do tipo de operação. Ao mesmo tempo sabemos que os lucros do setor bancário têm sido os mais altos que têm ocorrido nos diversos segmentos da economia brasileira.

Ao mesmo tempo vimos e notamos, uma coisa que para nós é paradoxo: um país que é considerado do Terceiro Mundo, vemos que os bancos constroem sedes vultosas, com vidros fumê, marcos, agências espalhadas por todas as ruas da cidade, das capitais, do interior, também com o mesmo padrão de mobilização, mobilização essa que naturalmente esconde parcialmente os vultosos lucros.

O que me preocupa também nesta altura e eu gostaria de saber a opinião de Vossa Excelência sob um aspecto: o pequeno, o médio empresário, o tomador de um papagaio no banco hoje, quando ele vai lá não toma somente papagaio, ele tem que tomar um seguro, tem que comprar ações, dá um conjunto de coisas que ele é obrigado a tomar e que esse dinheiro só para números, é de 20, 30 por cento ao mês.

Ainda agora há pouco tempo, a imprensa nacional noticiou amplamente que a Sul América perdeu o balcão do Bradesco. Porque as companhias de seguro deixaram de ser companhias que atuam numa faixa própria para serem extensão, que é para terem como extensão das suas operações os bancos, porque o banco tem muito mais facilidade, por exemplo, eu te dou 10 milhões de cruzeiros nessa dificuldade que existe. te dou um meia-três-oito, um crédito subsidiado, uma pequena empresa, mas você me faz um seguro aqui de quatro ou cinco milhões de cruzeiros.

Isto é geral, acontece em todo o País, é gritante, é um absurdo. Os bancos privados, especialmente, não se conscientizaram nesta Nação de que eles são concessionários do serviço público. Então o que eu entendo e gostaria de saber de Vossa Excelência, isto é correto, isto está certo? A Nação, eu entendo que está disposta a aceitar o sacrifício que o momento lhe impõe, mas o que certamente a Nação não aceitará é que alguns sofram muito e poucos não sofram nada.

Acho que este setor bancário brasileiro tem que se conscientizar, de que ele é uma parcela da sociedade com um papel importantíssimo nesse momento de dificuldades e se os juros continuarem a ser o que são e não só os juros, o que vai contido no meio deles: a obrigatoriedade de fazer seguro, de comprar ações, de aplicar em C.D.Bs, etc., não teremos, ou teremos a curto prazo, hoje já existe inúmeras dificuldades, entraremos numa série de dificuldades, de liquidez das pequenas, médias e grandes empresas.

E é isto sim, que me preocupa, pois poderá gerar desemprego em larga escala e poderá levar a um sério quadro social.

Gostaria de saber sua opinião.

O SR. JUCUNDINO FURTADO — Bom, em primeiro lugar, eu já tinha dito por precaução que era um professor universitário, não era um banqueiro, quando muito, sou um banqueiro biônico. Não sou dono do banco, administro, é um banco estadual.

Em primeiro lugar, há muitas empresas que apresentaram balanços com lucros maiores do que os bancos. O Grupo Votorantin, por exemplo, do Dr. José Emílio de Moraes, que talvez seja o que mais dá fontes no grupo, é o que teve lucro superior a de qualquer banco.

Acho que é bom para o País ter uma empresa grande, um grupo assim. Não são os bancos quem têm maiores lucros. Há muitas empresas que proporcionalmente têm lucros maiores do que banco.

É difícil a generalização. Acho que banco sempre foi um setor privilegiado no mundo inteiro. São sedes faustosas em qualquer lugar do mundo. Estive agora em Toronto, Nova Iorque, todos os bancos têm sedes, o edifício mais bonito que tem em Toronto é o Banco de Montreal. Estive no Parlamento numa cidade do Canadá, e lá o país é bilingüe, e estava junto com o Presidente do Bamerindus, José Eduardo Vieira, estava exatamente na ocasião da sessão, um Deputado fazendo um discurso em francês, e sentando a lenha na política econômico-financeira do Governo, que aquela inflação era insuportável e realmente estávamos constatando na rua que todas as lojas estavam em liquidação. E José Eduardo me dizia: "olha, Jucundino, esse Deputado é oposição ferrenha". Daí eu disse se ele conseguisse colocar o nome do Delfim no discurso dele, seria uma autêntica versão de um Deputado franco-canadense do PMDB.

O banco sempre foi um setor privilegiado no mundo inteiro, então no Brasil acho que não seria diferente. Tudo depende do uso que é feito. No caso de banco estadual, que o lucro é importantíssimo, e isso é coerente com o que eu disse ainda há pouco. Porque aí do Governo estadual que assumir agora, que tiver um banco estadual deficitário que não gere lucros, porque eu adoto nisto também filosofia de ordem política.

Segundo São Tomás de Aquino, que diz que a geração de riqueza é imprescindível para a prática da virtude.

Então, banco estadual, por exemplo, não é um banco de assistência social, é um banco que tem um papel social, depende do uso que os administradores farão da riqueza gerada.

É o caso de bancos estaduais que têm a maioria de suas agências em pequenas localidades no interior de seus Estados, mas que compete lá nos grandes centros financeiros do país ou do interior. Então, ele deve buscar outros recursos nesses grandes centros financeiros, que necessita para sustentar agências deficitárias para atender maior número de pequenas, médias empresas, ou pequeno e mini-produtor rural que é por excelência o que faz os bancos estaduais e também para o financiamento de obras públicas que os bancos particulares não têm interesse. Financiar prefeituras, o adiantamento de ICM, em geral o banco particular não tem esse interesse.

Agora, o banco estadual, para competir em igualdade com os outros e para gerar esses recursos, também tem que vender seguros, vender ações, pedir reciprocidade, é uma realidade, porque num país como o Brasil, que há muitos anos foi eliminado o pagamento de juros de depositantes no depósito à vista. Isso foi uma ajuda de 20, 30 anos atrás, que não existia "open-market". Atualmente, com "open-market", quem deixa depósito à vista em banco, só mesmo, e o termo é esse, só mesmo meio na marra, porque, todos os bons diretores financeiros, seja de empresa pública ou privada, que se prezem, têm que gerar receitas financeiras no mercado de capitais.

Eu acho que o que é importante num banco, é a forma da composição do capital acionário. Só para explicar, senão fica muito solto. Como é composto o capital acionário? Então, há duas teses que se fazem que é a da estatização ou a da privatização dos bancos. Há países que optaram pela estatização dos bancos, como fez agora o México, como está fazendo a França, como fez a pouco tempo Portugal.

Então, aí já se conhece a primeira divergência, porque há

os que acham que deve ser estatizado e há os privatistas que acham que deve haver a privatização da economia, se reclama do contrário que é o crescimento cada vez maior da ação dos bancos estaduais na economia. E no Brasil realmente a maior parte da ação dos bancos, está nos bancos estatais.

Então, na composição do capital dos bancos estatais, também eu, pessoalmente, tenho uma tese, que o que interessa aos Governos, seja federal ou estadual, é a administração do banco, não a de ter o capital. E a nova Lei da Sociedade Anônima propicia a facilidade de ter o controle de um banco estadual com percentual de 12,6 por cento do capital total do banco, porque ela permite que até 75 por cento do capital, sejam em ações preferenciais. Então, com 25 por cento de ações ordinárias, que é o capital votante, o Estado pode com 12,6 por cento ter o controle da administração e o restante deve pulverizar em todo o público investidor que é o povo de um modo geral que é o sentido moderno de capitalização de empresa.

Então, essa é uma outra tese, um outro problema, porque daí vem o estatizante e diz não, mas porque, é particular e subverter a ação do banco.

Então, o assunto é bastante complexo, tem várias facetas e tem que ter necessariamente uma opção maior do Congresso Nacional relativamente à estatização ou privatização dos bancos. Mas, no regime capitalista eu não conheço nenhum país que faça, que prescindir desta ação intermediadora dos bancos ou de instituição financeira. E pelo pouco que eu conheço todos eles têm mais ou menos o mesmo estilo de atuação que nós copiamos, copiamos as mesmas sedes faustosas, o povo também não acredita em banco mixuruca que tem máquina Remington velha. Todos nós gostamos quando aparece os terminais de computador, porque aquilo é uma coisa mais veloz, mais moderna. Ninguém mais se conforma no Brasil se a excelência dos serviços, se demorar um dia uma ordem de pagamento todos nós reclamamos, porque a sociedade de consumo, o conforto moderno vicia a gente. Acho que é irreversível, e acho até que neste aspecto nós progredimos muito, as telecomunicações, nosso sistema, ninguém mais se conformaria com outro sistema, ou outra sobriedade na atuação dentro deste setor bancário.

Os bancos comerciais e estaduais, alguns também de alguns Estados pelo que se sabe, fizeram captação apreciável desses recursos. Então a preocupação do ano que vem, é os Governos estaduais terem que prever a queda de porte, não contar com empréstimos, com recursos externos e ter dificuldade de captação, os recursos e empréstimos do Mercado Interno através de ORTN ou Certificado de Depósito Bancário. Ao contrário, Estados que já captaram no Mercado Interno recursos através de obrigações reajustáveis do estadual. Os Certificados de Depósito Bancário vão ter o problema no próximo ano de rolar essa dívida, de renovar esse Certificado. Nos bancos comerciais e estaduais talvez não seja o maior problema, porque esses recursos são aplicados em operações financeiras a curto prazo. E há depósitos à vista. Talvez a maior preocupação seja em relação aos Bancos de Desenvolvimento estaduais emitir o Certificado, que no prazo máximo é de um ano, seis meses, e as aplicações são necessariamente a longo prazo, no incentivo à implantação de indústrias ou de atividades econômicas cuja maturação é de longo prazo, o retorno desses recursos é necessariamente lento ou duvidoso.

Então preocupa bastante a situação financeira dos Estados, do ponto de vista de endividamentos de atividades ou dificuldades que vão ter em rolar essa dívida no próximo ano, e não sei se não há Estados que também tenham que achar no FMIzinho, para avaliar e poder melhorar ou conter o (...)

Temos ainda outros problemas que agravam a situação porque tradicionalmente os Estados contavam. No início do ano, mês de janeiro e fevereiro, que são meses de arrecadação de ICM baixo, contavam com adiamento de receita por parte do

Banco do Brasil, só entra conta do fundo de participação. Já foi anunciado que o Banco do Brasil não fará o adiantamento tradicional nos meses de janeiro e fevereiro.

Da perspectiva de receita apreciada dos Estados, é a partir de março ou abril. E os Governos atuais terão dificuldades no próprio pagamento de pessoal a partir de janeiro, porque também tradicionalmente todos os Estados farão aumento do funcionalismo a partir de 01 de janeiro, em níveis que, pelo menos, corrija a inflação anual da ordem de 95 por cento.

Então, as perspectivas nos próximos meses, com acerto geral do País, dificuldades de obter recursos externos e recursos no Mercado Interno, e não contar com adiantamento de receita por parte do Banco do Brasil, que também tem tido seus problemas como agente financeiro do Tesouro no exterior, parece que teremos um pouco de dificuldade no início, e os planejadores da ação dos novos Governos terão que levar necessariamente em conta esses fatos que são novos, de ontem, e possam modificar rapidamente no dia a dia. As providências agora são de curtíssimo prazo sob ponto de vista econômico financeiro, e não se sabe quando isso se normaliza porque nós aí passamos agora a ser dependentes de ação de bancos internacionais, de organismos internacionais, enfim, de uma porção de coisas que contém a nossa liberdade de ação.

Então, me parece e aqui, sinceramente não é porque seja Presidente de Banco Comercial e Presidente da Associação dos Bancos Comerciais estaduais, mas é uma opinião de curioso, não profissional ou técnico no assunto, que uma das poucas válvulas ou maneiras dos próximos Governos saírem bem financeiramente, é o fortalecimento dos Bancos Comerciais e estaduais. Porque as estatais, estaduais, fizeram também no passado um largo uso, relativo de empréstimos externos. Não vão contar comissões as empresas de eletricidade estaduais, são as empresas de Água e Esgoto estaduais, são os DER estaduais, tudo isso contados com recursos externos que não vão contar, acho eu, como também não vão ter por uma carência de poupança interna, também com a possibilidade de captar recursos no âmbito interno.

Os Governos também não estão contando nos próximos meses com aumento de arrecadação, porque podemos ter uma recessão grande ou relativa, uma diminuição das atividades econômicas, e vai diminuir a arrecadação de dados e não diminui os custos fixos principalmente de pessoal ou de custeio.

Então, me parece que até para sustentar essas estatais estaduais, temos por exemplo, no caso do Paraná, três Universidades estaduais que são Fundação, que têm aumento de salário semestrais, que têm 13o. salário. Então, os custos de pessoal são cada vez crescentes, não na mesma proporção da arrecadação, das possibilidades financeiras do Estado.

A população aumenta, os custos com ensino de primeiro e segundo graus também, só para citar um aspecto parcial.

Então, a única forma de sustentar por um período até que se melhorem as coisas que se possam se reprogramar, têm que ser os bancos comerciais estaduais, que contam com depósitos à vista.

Depósitos à vista são cada vez mais difíceis, porque todos nos acostumamos, a quando têm recursos disponíveis na pessoa física ou na jurídica, aplicamos no open-market.

Qualquer dirigente financeiro não deixa depósitos à vista em banco nenhum, a não ser em transição. As próprias estatais, estaduais também, atualmente de um modo geral em todos os Estados, sempre que podem, tiram de depósitos à vista dos bancos estaduais, para aplicar no open-market, e ter receitas financeiras próprias, que se incorporem nos seus orçamentos próprios.

Também os Estados, me parece que têm em miniatura ou em menor escala, o mesmo problema que tenha na União com suas estatais estaduais, sejam autarquias, sejam fundações

ou sociedades de economia mista, que vão necessitar de recursos.

É o caso, por exemplo, dos bancos de desenvolvimento, estatais. Se no próximo ano, que é quando vai vencer a maior parte desses casos de depósito bancário, não tiver o retorno das aplicações, terão que se socorrer nos Tesouros estaduais.

Os Governos de Estado é que terão que colocar o dinheiro nos bancos estaduais de desenvolvimento. É uma opinião pessoal minha, não é alarmista, apenas, se muitos dos senhores provavelmente vão participar dos novos governos, vão influir nos planos dos próximos e terão que levar esses aspectos em consideração.

Então, acho que o fortalecimento de bancos estaduais é inevitável. Primeiro porque eles podem financiar ou antecipar o financiamento de obras públicas, como fazem a maioria dos Estados, ou seja, financiando, descontando carta de crédito, faturas do DER, da Companhia de Eletricidade, da Companhia de Água e Esgotos ou de telefone. Enfim, de todas essas estaduais. E precisará haver uma concentração em torno de depósitos de todos os órgãos que põem no Banco Estadual, porque o Governo Estadual não tem outra fonte. Antes ele tinha a fonte. Bom, faz o empréstimo de tantos milhões de dólares, agora já não sei se é possível o ano que vem, bem, vamos emitir em CDB. Todos vão emitir ao mesmo tempo, concorrendo ainda com o Governo Federal que tem as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e tem as Letras do Tesouro Nacional.

Então, teremos — os bancos comerciais estaduais — um papel bastante importante, já a partir do ano que vem.

Há notícias de que — e sempre nisso a gente tem que dar um desconto, porque há interesses sempre conflitantes, concorrentes então, sempre que um Banco Estadual aparece com uma dificuldade de caixa e oferece um CBD com 25, 30 por cento acima da correção monetária, aparecem alguns bancos particulares dizendo: “bom, olha aí, os bancos estaduais estão estragando o mercado, estão oferecendo taxas altíssimas, estão quase quebrando”.

Quando um banco particular faz a mesma coisa, a gente não generaliza: “bom, os bancos particulares estão inflacionando o mercado”. A gente diz: “bom, aquele banco lá, particular, está mal, está com problemas de caixa”.

Então, às vezes, o perigoso é a generalização. Se um banco estadual tem uma dificuldade de caixa, como alguns têm, no momento há sempre, por uma questão de concorrência, no mercado, uma generalização, vão procurar um “bode expiatório”. Bom, “os bancos estaduais estão elevando as taxas no mercado”. Não é verdade. Há muitos bancos estaduais que estão numa situação muito boa — como é o caso do Banco do Estado do Paraná — que não tem nenhum Certificado de Depósito Bancário no Mercado, como o BANERJ também não tem. Há bancos que estão no mercado, como há bancos particulares que têm, alguns são grandes, percentuais de depósito a prazo fixo, e outros que não têm, praticamente esse tipo de depósito, dependem do uso que se faz desse depósito, correto ou não.

Então, essa é uma idéia geral que eu queria apresentar aos senhores. Vai nisso um pouco de opinião pessoal ou visão pessoal das coisas. Não vão entender que o que estou dizendo é um pessimismo e que amanhã os governos novos vão ter as maiores dificuldades, porque eu vou sair agora em março. Não é nada disso. Sou otimista. Acho que a gente tira proveito até da desgraça. Então, a época difícil até renova o entusiasmo da gente, o esforço coletivo. O fato é que temos que pagar as contas. Elas estão aí e os novos governantes, sejam de um partido ou de outro, estão anunciando que terão que ter um governo de maior austeridade, de eliminação de gastos supérfluos. Todos nós temos que fazer isso, não só como Governo, mas também como empresa particular, como pessoas físicas. Temos

de pagar as contas agora e eliminar aquilo que onera, realmente, os nossos orçamentos. Sou otimista, acho que a economia brasileira pode se recuperar.

Lógico que, agora, fomos obrigados a adotar medidas que muitos políticos reclamavam, que empresários reclamavam, que entidades de classe reclamavam.

Lógico que cada um apresenta a sua versão de acordo com seus interesses, ou interesses políticos partidários, ou interesses de classe, ou interesses de grupos econômicos, ou interesses pessoais.

Então, cabe realmente aos governantes, seja no âmbito estadual ou nacional, a coordenação dessas atividades econômicas, a separação desses conflitos de interesses de qualquer órgão, de qualquer ordem.

E temos ainda que levar em consideração — não falei só para lembrar — o grande problema que têm, hoje, as prefeituras municipais, que não têm mais receita, estão todas endividadas. A maioria comprometeu seu ICM por financiamentos, não tanto por bancos estaduais, mas por bancos particulares, porque todos os bancos particulares estão em cima das prefeituras, oferecendo serviços, empréstimos, com procuração de ICM. Há prefeituras que estão com o ICM comprometido, com suas cotas de ICM comprometidas por dois, três anos. Felizmente, nem todas. Também elas têm problemas sérios de pagamento de pessoal, de aumento de custos, mas parece que há um aumento sensível do próximo ano, do Fundo de Participação dos Municípios, tanto para Estado como para Município.

No Paraná, nosso Estado, há um dado fundamental, que tradicionalmente assegura uma tranquilidade relativa ao Governo Estadual, que é a nossa safra de café, este ano, que foi de um bilhão e quinhentas milhões de sacas e que se prevê que, no ano de 1983, seja de 5 bilhões de sacas. Esse é um produto agrícola que, no Paraná, gera muitos recursos, uma movimentação muito grande, sustentação de serviços de parte comercial, da atividade comercial.

Então, não sei se outros Estados, não conheço bem a economia de cada Estado, terão essa boa chance que tem o Paraná, com a boa safra de café que, de certa forma, sofre as diversidades climáticas do momento, de muita chuva, que já nos estragaram a safra de feijão, atrasaram o plantio da soja e uma porção de problemas que são próprios da atividade agrícola.

Então, essa é uma visão minha, mais para cumprir aqui uma missão que me pediram os Representantes da União Parlamentar Interestadual do Paraná. Se acharem que ainda há tempo e acharem oportuno eu me proponho a, no que eu puder, evidentemente não sou nenhum técnico, a responder aquilo ou debater qualquer assunto que for, porque no debate, sempre surgem assuntos difíceis a aflorarem numa palestra rápida.

OBSERVAÇÃO

(A presente transcrição é oriunda de gravação).

(Sem revisão do autor).

Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 01/83

DATA: 03 de janeiro de 1.983.

SÚMULA: Dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os Deputados, à Assembléia Legislativa do Estado perceberão, na próxima Legislatura, como remuneração,

2/3 (dois terços) dos valores atribuídos, a mesmo título, aos Deputados Federais.

Parágrafo único — A remuneração, tanto a parte fixa, como a variável será paga mensalmente.

Art. 2.º — A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado fixará e sempre que necessário corrigirá, por atos próprios, os valores de remuneração, bem como de quotas de combustível e de outras despesas para atendimento aos Gabinetes Parlamentares.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03/01/83.

JOÃO MANSUR

Presidente

Ordem Interna.

COMISSÃO EXECUTIVA

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO Nº 01/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

alterar, a partir de 04 de janeiro de 1983, do valor deferido como AUXÍLIO DE PASSAGENS AÉREAS, constante da alínea "A.1", do item III da Ordem Interna de Serviço nº 01, de 31 de janeiro de 1980, da Comissão Executiva, o qual passa a ser de Cr\$ 167.637,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros).

Palácio "XIX de Dezembro", em 04/01/83.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 228/82

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

atribuir aos ocupantes dos cargos de Consultor Administrativo "A" e "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 1-F.

(Protoc. nº 6203).

Palácio "XIX de Dezembro", em 30/11/82.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/83

exonerar NEUSA MALESKI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 121/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 8565).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/83

I — exonerar LÉA ZANON GRANEMANN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 381/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos:

II — prover a mencionada funcionária, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, e,

III — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. nº 8746).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/83

I — prover MARISE LEMOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 8747).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 042/82, que designou para exercer as funções de Administrador Geral, do Departamento Administrativo, o funcionário ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula nº 388, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado servidor, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/83

I — revogar o Decreto Legislativo nº 513/79, na parte que se refere ao funcionário MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula nº 152, que designou o mesmo para exercer as funções de Chefe da Seção de Portaria, do Departamento Administrativo, e,

II — designar o referido funcionário para exercer as funções de Administrador Geral, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/83

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 108/82, que designou para exercer as funções de Chefe da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo, o funcionário NORMANDO PEDRO CULPI, matrícula nº 360, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Divisão de Compras, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/83

prover SANDRA TEREZINHA MUNIZ MOREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias.

(Protoc. nº 9042/82).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/83

exonerar JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 348/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 9042).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/83

exonerar EVILÁZIO CIPRIANO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo nº 355/81, que autorizou o referido funcionário a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 60).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/83

I — prover DALVA LOURENÇO CORREA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar,

com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga; e,

II — autorizar a referida funcionária a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 60).

Palácio "XIX de Dezembro", em 03/01/83.

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/83

prorrogar até 31 de janeiro de 1983, a gratificação por prestação de serviço extraordinário (50%) cinquenta por cento, aos funcionários abaixo relacionados, todos da Prefeitura Municipal de Curitiba:

ALTAIR DA LUZ

CARLOS MELARA FILHO

IVONETE RUTH DE LIMA

IVO MACHADO

JOSÉ ANGELI

MIRIAN BORGES

REGINA IONE FRANÇA

ROSA MARIA ACHCAR MALHEIROS

SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIA

SIDNEY DA CONCEIÇÃO VAZ

ANTÔNIO CARLOS CAMARGO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/83

prorrogar até 31 de janeiro de 1983, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista, concedidas aos funcionários JOSÉ ANGELI, IVO MACHADO e JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, todos adidos a este Poder.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/83

exonerar EROS RUPPEL ABDALA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, ficando revogado o Decreto Legislativo nº 181/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 9181).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/83

I — prover VILMA GABRIEL ANTUN, no cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério; e,

II — autorizar a mesma a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. nº 9181).

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/83

autorizar ANTÔNIO CECY, matrícula nº 060, ocupante do cargo de Assessor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 22 de dezembro de 1982.

(Protoc. nº 9079).

Palácio "XIX de Dezembro", em 18/01/83

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/83

aposentar, a pedido, de acordo com o art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III e § 3.º, da Lei nº 6174, de 16

de novembro de 1970, REGINALDO FANCKIN, matrícula n.º 015, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento sobre o Símbolo DAS-3, atribuído ao cargo de Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa; e mais cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o art. 4.º, § 1.º, da Resolução 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com o art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976. (Protoc. n.º 140/83).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 17/83

exonerar CECÍLIA MARIA TEIGÃO MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 357/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 470/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 18/83

I — prover TOMAZ ESCORSIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, e,
II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 470/83)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 19/83

I — exonerar TÂNIA MARIANA BRAVIN FACCI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 82/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
II — exonerar AQUILINO GAUDÊNCIO DA SILVA FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Facci, ficando revogado o Decreto n.º 144/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 20/83

I — exonerar MAURÍCIO DAS NEVES BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes, ficando revogado o Decreto n.º 142/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
II — exonerar BEATRIZ SILVA DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fabiano Braga Côrtes, ficando revogado o Decreto n.º 143/82, item III, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 21/83

I — exonerar LOURDES SCARPIN, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Florivaldo Palácios, ficando revogado o Decreto 216/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar JULCIANE DELMINDA FERNANDES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Florivaldo Palácios, ficando revogado o Decreto 391/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 22/83

I — exonerar ISMAEL ALVES PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, ficando revogado o Decreto 376/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
II — exonerar HÉLCIO MAZER PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, ficando revogado o Decreto 188/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 23/83

I — exonerar JOAQUIM ALBERTO DE CASTRO ESTEVES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, ficando revogado o Decreto n.º 383/81, item II, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
II — exonerar REGINA MARIA DA ROCHA LOURES BUENO, do cargo em Comissão símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Loures Bueno, ficando revogado o item II, do Decreto n.º 363/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 24/83

I — exonerar PEDRO HENRIQUE DORNELLES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins.
II — exonerar IVO GILBERTO MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins, ficando revogado o Decreto 377/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 25/83

I — exonerar DACIBALDO DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel, ficando revogado o Decreto 110/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.
II — exonerar ERNESTO COSTA DE SOUZA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel, ficando revogado o Decreto 89/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 26/83

I — exonerar HOSTÍLIO DIAS DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Darcy Deitos.
II — exonerar CLAUDETE DAVID, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Darcy Deitos, ficando revogado o Decreto

158/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 27/83

I — exonerar WILSON GLANDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate.

II — exonerar REINALDO BARRIQUELLO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate, ficando revogado o Decreto 395/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 28/83

I — exonerar NIZE TRISTÃO PIETRÂNGELO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Walter Pietrângelo, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 114/82, item II, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar JOSÉ FUGII, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Walter Pietrângelo, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 117/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 29/83

I — exonerar EDITH BAUDISCH, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Egon Pudell.

II — exonerar EDUARDO BAZAN QUEZADA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Egon Pudell, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 163/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 30/83

I — exonerar THELMA JANE BERGUERAN ALENCAR, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar, ficando revogado o Decreto 81/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar BRAZ ALVES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar, ficando revogado o Decreto 196/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 31/83

I — exonerar ZENY BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Agibert, ficando revogado o Decreto 026/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar VERA ANTÔNIA AGIBERT, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Gilberto Agibert, ficando revogado o Decreto 387/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 32/83

I — exonerar AFONSO BENEVENUTO SANVIDO, do

cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Elísio.

II — exonerar LUIZ CARLOS JANSEN, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Elísio, ficando revogado o Decreto 129/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 33/83

I — exonerar IRINEU ZANUSSO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Mansur.

II — exonerar LUIZ ANTÔNIO XAVIER DA SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Mansur, ficando revogado o Decreto 149/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 34/83

I — exonerar ANA MARIA DO PRADO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira.

II — exonerar OSIRES MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira, ficando revogado o Decreto 347/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 35/83

I — exonerar NAIR RIOS BASSI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, ficando revogado o Decreto 340/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar LUIZ CARLOS MASSEY, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpellini, ficando revogado o item II, do Decreto 90/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 36/83

I — exonerar ALBINO MANOEL DE MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares.

II — exonerar MEIRE TOZZONI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Tavares, ficando revogado o Decreto 91/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 37/83

I — exonerar LUIZ CARLOS GRACZIK, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, ficando revogado o item II, do Decreto 139/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar CÉLIA DO RÓCIO SCHLOTTAG, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, ficando revogado o Decreto 63/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 38/83

I — exonerar ILSA RICHTER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lineu Turra, ficando revogado o Decreto n.º 159/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar ILDEMAR ANTÔNIO MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lineu Turra, ficando revogado o Decreto 105/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 39/83

I — exonerar JOSÉ DE OLIVEIRA CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lázaro Dumont, ficando revogado o Decreto 201/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar NILSON CAPALDO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lázaro Dumont, ficando revogado o Decreto 117/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 40/83

I — exonerar LIZETE RIBAS PUGLIELLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Mário Celso, ficando revogado o Decreto 09/81, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, cinquenta por cento (50%), de seus vencimentos.

II — exonerar NILTON DARLI FRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Mário Celso, ficando revogado o Decreto 160/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 41/83

I — exonerar GERALDO SARATIUK, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar com lotação no Gabinete do Deputado Nelton Friedrich, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 111/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar PAULINO JOSÉ DELAZERI, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelton Friedrich, ficando revogado o Decreto 108/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 42/83

I — exonerar PAULO AFONSO DE CAMARGO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Camargo.

II — exonerar EDSON LUIZ DUARTE DIAS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, ficando revogado o Decreto 217/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 43/83

I — exonerar MARIA BARBOSA NAVARRO, do cargo

em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias, ficando revogado o item II, do Decreto Legislativo n.º 51/82, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar SANDRA TEREZINHA MUNIZ MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 44/83

I — exonerar MARIA DE FÁTIMA MACHADO DE ÁVILA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Bernardi, ficando revogado o Decreto 164/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Renato Bernardi, ficando revogado o Decreto 216/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 45/83

I — exonerar SANTANA MARIA DE PAULO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Romero Filho, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 199/82, item II, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar SALASTIER PEREIRA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Romero Filho, ficando revogado o Decreto 134/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 46/83

I — exonerar ELMIRA LUIZA BAUER MONTECELLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rosário Pitelli, ficando revogado o item III, do Decreto Legislativo n.º 210/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar MARIA JÚLIA CARNEIRO GIRALDES, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rosário Pitelli, ficando revogado o item II, do Decreto n.º 159/80, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 47/83

exonerar ERCILINDA MOREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Túlio Zanchet, ficando revogado o Decreto 146/82, item II, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 48/83

exonerar CONRADO SCHNEIDER, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Túlio Zanchet.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 49/83

I — exonerar JOEL MOREIRA RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, ficando revogado o item III, do Decreto Legislativo n.º 113/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo grati-

figuração correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar PAULO EDUARDO GRIPP, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, ficando revogado o Decreto 135/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 50/83

I — exonerar EMÍLIO TELES DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Cotrim, ficando revogado o item II, do Decreto 99/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar JOÃO VICENTINI FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Antônio Cotrim, ficando revogado o Decreto 035/82, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 51/83

I — exonerar DALVA LOURENÇO CORREA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 10/83, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

II — exonerar VICENTE AUGUSTO BRILHANTE, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 52/83

I — exonerar JOÃO ALBERTO TREVISAN FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Carlos Zanlorenzi.

II — exonerar ADEMIR JOSÉ DE ANDRADE WILSEK, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Carlos Zanlorenzi, ficando revogado o Decreto n.º 165/80, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 53/83

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 140, inciso III e § 3.º, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula n.º 031, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de vinte por cento (20%) sobre o símbolo DAS-4, atribuído ao cargo de Chefe de Gabinete da Presidência; e mais cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Protoc. 513/83

DECRETO LEGISLATIVO N.º 54/83

prorrogar até 31 de janeiro de 1983, o Decreto Legislativo n.º 074/82, que autorizou AMILTON LUIZ FERREIRA, ora à dis-

posição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 55/83

prorrogar até 31 de janeiro do corrente, o Decreto Legislativo n.º 01/82, que atribuiu ao funcionário MANOEL DIAS, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/01/83.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 56/83

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em ofício n.º 014/83, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, publicado no Diário Oficial n.º 1.457, de 18 de janeiro de 1983,

R E S O L V E:

conceder aos funcionários contratados deste Poder, o percentual de 10% (dez por cento) de aumento sobre seus vencimentos, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, calculado sobre os vencimentos de julho de 1982, desprezando-se as frações de cruzeiros.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/01/83.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 57/83

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II e Art. 140, item I, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, NORBERTO HUSCH, matrícula n.º 520, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido de um (01) triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, quatro (04) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976 e Função Gratificada, símbolo 5-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174.

(Protoc. 9077/82)

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 58/83

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, item II e Art. 140, item I, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, RAUL ZIPPERER, matrícula n.º 522, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174; Função Gratificada, símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174 e cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por

serviços extraordinários, nos termos da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976. (Protoc. 9149/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 59/83

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II e Art. 140, item I, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula n.º 541, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º, da mesma Lei n.º 6174, cinquenta por cento (50%) dos respectivos vencimentos, de gratificação por serviços extraordinários, de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976 e Função Gratificada, símbolo 3-F, de acordo com o Art. 140, item III, da referida Lei n.º 6174.

(Protoc. 8950/82)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 60/83

Art. 1.º — Aos ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo incumbe a prestação de assessoramento superior em todos os atos de conteúdo jurídico-legislativo, nos termos do Decreto Legislativo n.º 187/80; representar a Assembléia em juízo, quando designado pelo Presidente; prestar informações em mandado de segurança e outros procedimentos judiciais, quando designado pelo Presidente, e outras atividades correlatas.

Parágrafo único — Os Consultores Legislativos são lotados no Gabinete da Consultoria Legislativa e por ato do Diretor do Gabinete da Consultoria Legislativa poderão ser designados para exercer as funções do cargo junto a órgãos diretamente vinculados ao procedimento legislativo.

Art. 2.º — Aos Assessores Legislativos incumbe a prestação de assessoramento superior em todos os atos de conteúdo jurídico-legislativo não incluídos nas atribuições do Consultor Legislativo, e atividades correlatas.

Parágrafo único — Os Assessores Legislativos serão lotados no Departamento Legislativo junto às Comissões Técnicas permanentes e temporárias, e no Departamento de Pessoal onde prestarão assistência técnica, jurídica e legislativa.

Art. 3.º — Aos Consultores Administrativos incumbe a prestação de assessoramento superior em todos os atos de conteúdo administrativo, contábil ou econômico, e atividades correlatas, conforme a habilitação profissional do respectivo servidor.

§ 1.º — Os Consultores Administrativos portadores de habilitação em administração exercerão as funções no Departamento Administrativo, os portadores de habilitação em economia e contabilidade exercerão as funções no Departamento de Finanças ou no Departamento Legislativo junto às Comissões Técnicas, permanentes ou temporárias, segundo a natureza e competência destas.

§ 2.º — A designação, o número de funcionário e o órgão, de que trata este artigo, dependem de ato do Diretor Geral.

Art. 4.º — Aos Assessores Administrativos incumbe a prestação de assessoramento em todos os atos de conteúdo econômico, contábil ou administrativo, não compreendidos nas atribuições dos Consultores Administrativos.

Parágrafo único — Por ato do Diretor e por solicitação de Comissões, Deputados, Bancadas Partidárias, Mesa ou órgãos da administração, serão cometidas tarefas de pesquisa e catalogação de dados de interesse da atividade parlamentar, inerentes à qualificação profissional de cada ocupante de cargo de Assessor Administrativo, sem direito à gratificação.

Art. 5.º — Aos Secretários de Comissão incumbe o desempenho das funções de secretariado e a execução dos serviços administrativos da Comissão para a qual for designado.

Parágrafo único — Os Secretários de Comissão serão designados por ato do Diretor Geral, mediante indicação do Diretor do Departamento Legislativo, à vista de escolha do Presidente da Comissão.

Art. 6.º — Aos Assistentes de Comissão e Auxiliares de Comissão incumbe prestar auxílio ao titular, desempenhando atividades burocráticas no âmbito da Comissão e substituir o Secretário titular nos impedimentos eventuais, de acordo com o Presidente.

Art. 7.º — Aos Médicos e Dentistas incumbe a prestação dos serviços enumerados no Decreto Legislativo n.º 187/80.

Art. 8.º — Aos Taquígrafos incumbe o exercício das funções correspondentes à respectiva Divisão, nos termos do Decreto Legislativo n.º 187/80.

Art. 9.º — Aos ocupantes do cargo de Oficial Legislativo incumbe o desempenho de funções burocráticas em geral e serão lotados em órgãos e serviços de acordo com as necessidades administrativas, à juízo do Diretor Geral, e com a habilidade funcional do servidor.

Art. 10 — Fica criada a Coordenadoria Técnica da Mesa, com serviço autônomo, tecnicamente subordinada à Presidência e administrativamente subordinada à Diretoria Geral, com a estrutura e atribuições seguintes:

I — Através da Coordenadoria Técnica da Mesa:

1. — prestar assistência à Mesa, submetendo-lhe a matéria a ser despachada, ou a ser discutida e votada;
2. — preparar despachos ordenados pela Mesa, ou qualquer de seus membros,
3. — organizar, segundo as instruções do Presidente, a Ordem do Dia das Sessões da Assembléia;
4. — receber e fazer registrar os papéis e processos remetidos à Mesa, providenciando quanto ao seu encaminhamento;
5. — organizar e manter atualizados ementário de questões de ordem propostas e dirimidas pela Presidência,
6. — prestar esclarecimentos que forem pedidos pela Mesa, ou qualquer dos seus membros, quer quanto ao Regimento Interno, quer quanto ao andamento das proposições; e,
7. — anotar os prazos regimentais das proposições.

II — Pela Divisão da Ordem do Dia e Autografia.

a) Pela Secção da Ordem do Dia:

1. — preparar os avulsos e a pauta, da matéria da Ordem do Dia, sob a orientação do Coordenador,
2. — conferir a publicação da Ordem do Dia das sessões;
3. — executar o respectivo serviço datilográfico.

b) Pela Secção de Autografia:

1. — preparar as autografias dos Projetos de Lei, Resoluções e Proposições aprovadas encaminhando-as à Comissão Executiva para assinatura e dando ciência à Divisão das Comissões da data da expedição das autografias,
2. — manter em arquivo, cópias autênticas das autografias elaboradas com a respectiva data de expedição.

c) Pela Secção de Fichário e Controle de Movimentação:

1. — receber e expedir as "guias de trânsito de processos e papéis",
2. — elaborar, datilografar e encaminhar a correspondência da Divisão;
3. — arquivar e manter em boa ordem as cópias da correspondência e do expediente;
4. — elaborar o fichário das matérias recebidas na Divisão, mantendo-o atualizado com anotações de toda a tramitação, até a fase final;
5. — prestar assistência ao Plenário e à Casa, fornecendo as informações solicitadas no decorrer das Sessões Plenárias, bem como aquelas que lhes forem feitas pela Comissão Executiva e

Gabinete dos Senhores Deputados sobre a tramitação dos Projetos.

III — Através da Divisão de Atendimento ao Plenário:

1. — fornecer material e documentos solicitados pela Mesa, Deputados ou funcionários, no decurso das Sessões da Assembléia e Reuniões das Comissões;

2. — realizar nas Sessões e Reuniões, conforme a praxe, serviços auxiliares tais como: distribuição de café, mate ou refrigerantes, transportes de papéis e processos etc...

a) Pela Secção de transmissão de Rádio:

1. — manter os serviços de som em geral da Assembléia, executar os serviços de gravação sonora dos trabalhos da Assembléia,

2. — auxiliar e dar atendimento nas transmissões externas da Televisão e Rádio.

b) Pela Secção de Atendimento Datilográfico ao Plenário:

1. — elaborar, durante o transcurso das sessões plenárias, os requerimentos de:

a — inclusão na Ordem do Dia de Projetos de Lei, Resoluções ou Proposições;

b — publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

c — nomeação de Comissões externas;

d — inserção em ata de votos de regozijo ou de pesar;

e — levantamento da sessão por motivo de pesar ou de regozijo público;

f — dispensa de impressão de qualquer proposição;

g — retirada, ou arquivamento de proposição, emenda ou subemenda com parecer favorável,

h — destaque, ou da parte de proposição, para constituir projeto em separado;

i — discussão e votação de proposição por capítulos, grupos de artigo, ou de emendas;

j — adiamento da votação ou da discussão de proposição constante da Ordem do Dia;

l — inserção nos Anais ou no "Diário da Assembléia" de documentos ou publicação não oficiais; e,

m — nomeação de Comissões Especiais.

2. — datilografar outros papéis, solicitados pelos Senhores Deputados e membros da Mesa, com a finalidade de instruir ou dispor sobre matéria constante da Ordem do Dia, e durante o transcurso das sessões plenárias.

Art. 11 — A Coordenadoria Técnica da Mesa a que se refere o Art. 1.º, será exercida pelo ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Técnico da Mesa, criado pela Lei n.º 7.437, de 29 de dezembro de 1980, que será privativo de Consultor Legislativo.

Art. 12 — Ficam revogados os incisos I, do Art. 11, III, do Art. 14, VI do Art. 15, do Decreto Legislativo n.º 187, de 28 de março de 1980 e os funcionários e instalações dos respectivos órgãos transferidos para a Coordenadoria Técnica da Mesa - CTM.

Art. 13 — Fica incluído, no inciso VIII, do Art. 2.º, do Decreto Legislativo n.º 187/80 a seguinte alínea:

"l) — Coordenadoria Técnica da Mesa (C.T.M.)".

Art. 14 — O capítulo IX do Decreto Legislativo n.º 187/80, de 28 de março de 1980, fica acrescido do seguinte inciso:

XI — Através do Serviço de Oficina e Manutenção.

a — Pela Divisão de Oficinas:

1 — Proceder os serviços de manutenção e reparação de veículos da Assembléia Legislativa, com seus próprios recursos, ou, se necessário, mediante prévia autorização da Diretoria Geral, em estabelecimentos especializados, sob a sua rigorosa e efetiva fiscalização, e controle, comunicando em relatório todos os serviços efetuados fora da oficina, discriminando peças e acessórios substituídos, custos e motivos de operação, bem como o

registro de carros oficiais de propriedade do Poder Legislativo, carteiras de motoristas, seguros e outras procedências.

b) — Pela Secção de Aquisição e Controle de Materiais:

1 — Manter o serviço de almoxarifado próprio, com fichários de controle, em que se conservará as peças e acessórios para eventuais substituições e onde serão recolhidos as peças e acessórios substituídos, para futuras destinações;

c) — Pela Secção de Eletricidade:

1 — Proceder os reparos de eletricidade em veículos oficiais determinados pela Divisão de Oficinas.

d) — Pela Secção de Mecânica:

1 — Proceder os reparos mecânicos determinados pela Divisão de Oficinas, nos veículos oficiais.

e — Pela Secção de Transportes:

1 — Proceder o emplaceamento dos carros oficiais do Poder Legislativo junto ao DETRAN, bem como, renovar seguros, controle de carteiras profissionais de motoristas que servem ao Poder Legislativo, verificando os danos materiais em veículos, estado de pneus, marcação dos mesmos por números e sinais típicos da Assembléia, controle de gastos de gasolina e todos as demais determinações fixadas pela Chefia do Serviço.

Art. 15 — Fica suprimido o inciso XII, do Art. 15 do Decreto Legislativo n.º 187/80.

Art. 16 — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/01/83.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA N.º 01/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 191/82, de 13 de julho de 1982, que designou o funcionário ODILON LUTERO DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Finanças, tendo em vista o seu retorno ao órgão de origem.

(Protoc. n.º 097).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 03/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de REGINALDO FANCKIN, matrícula n.º 015, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 140).

PORTARIA N.º 04/83

designar o funcionário ANTÔNIO GULBINO, matrícula n.º 164, ocupante do cargo de Assessor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para acompanhar o processo em via administrativa, referente ao acidente ocorrido com o veículo marca Opala, placa CE 5992, do Gabinete da Presidência deste Poder.

(Protoc. n.º 9097).

PORTARIA N.º 05/83

conceder à funcionária DIMYTRIA PIRIH MARANHÃO, matrícula n.º 138, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 11 de janeiro de 1983.

(Protoc. n.º 131).

PORTARIA N.º 06/83

designar REINALDO SILVA PEIXOTO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de janeiro de 1983.

(Protoc. n.º 043).

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 07/83

revogar a Portaria n.º 283/82, que designou para prestar serviços no Departamento de Finanças, o funcionário ADEMIR CARLOS DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, tendo em vista que o mencionado servidor está retornando ao seu órgão de origem.

(Protoc. n.º 152).

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 08/83

retificar a Portaria n.º 237/82, de 31 de agosto de 1982, na parte que se refere ao funcionário SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO, matrícula n.º 433, ocupante do cargo de Assessor Administrativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para fazer constar que as férias ali contadas referem-se a 1980 e não como constou na referida Portaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 09/83

I — revogar o item II, da Portaria n.º 129/82, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, o funcionário ALAN MARCOS ANDRADE, contratado deste Poder; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Serviço de Cerimonial e Relações Públicas.

(Protoc. n.º 9155).

PORTARIA N.º 10/83

I — revogar o item II, da Portaria n.º 128/82, que designou para prestar serviços no Serviço de Cerimonial e Relações Públicas, o funcionário contratado GILSON JOSÉ FIGUEIREDO; e,

II — designar o mencionado servidor para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gabriel Manoel.

(Protoc. n.º 9155).

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 11/83

marcar para 1.º a 30 de março do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula n.º 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 447).

PORTARIA N.º 12/83

marcar para o período de 1.º a 30 de março de 1983, as férias concedidas pela Portaria n.º 01/82, ao funcionário ABIB MI-

GUEL, matrícula n.º 038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 292).

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de janeiro de 1983.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 13/83

conceder férias aos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

1.º a 30 DE MARÇO

ARLETTE BELMONT ZEBALLOS
BOGDANO KARPEN
CÉLIA MARIA GRACIA HATSCHBACH
DULCÍDIO R. CALDEIRA JÚNIOR
EDGAR TÁVORA JÚNIOR
FERNANDO JOSÉ PUPPI
GERSON EVANGELISTA PASSOS
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA
IONE CHAVES CAPRILHONE GARCEZ DA LUZ
JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO
LEONOR FIORI HILGERT
NANCI TEREZINHA KOTELAK
NILTON BUSATO
PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES
RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA
RICARDO SABOIA KHURY
RITA SOARES BERTOLI
SEBASTIÃO BUENO
WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO

1.º a 30 DE ABRIL

DIVA DO VALLE CAVALCANTI
GENI CARNEIRO
ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA
IZIDORO CECCON
MARIA DO ROSÁRIO MARQUES
ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS

1.º a 30 DE MAIO

DOROTI WOLKMER LINHARES
GENIR DOS SANTOS FERNANDES
GILBERTO DAROS
INOLAN ANTÔNIO G. DE OLIVEIRA
ISAURA BUENO
IVO GUSSO
JOÃO ALBERTI ANDRETTA
MARIA ELIZABETE POLI KUROSKI
RUI FRANCISCO GABARDO

1.º a 30 DE JUNHO

AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES
ALCEU ALVES PASSOS
EUMÊNIA DE OLIVEIRA TRICHES
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO
ISRAEL DINIZ
JACYRA MACHADO BINI
JOSÉ CARLOS PEREIRA PAIVA
LAURO ALCÂNTARA MARTINS
LORIS CORDEIRO DE BARROS
LUIZ CARLOS CARON GROSSI
MOISÉS ABDALA MAGALHÃES
NOIR PACHECO
SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCCIO

1.º a 30 DE JULHO

ACYR TEIXEIRA

ADAYRTON BORGES DOS SANTOS
 ALBINO DE BRITO FREIRE
 ALCEU IVO COSTACURTA
 AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS
 ANTÔNIO LACERDA BRAGA NETO
 BELQUIS FERNANDES
 CELINA BIANCHI
 CELSO MARIANO DOS SANTOS
 CLEMETILDE DELFINA BORTOLON
 DARCI KLIEMANN
 EMÍLIO REINOLDO GREBER
 ENIO SANTANGELO MALHEIROS
 HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO
 JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR
 LUIZ CARLOS MARTINS ARAÚJO
 MARIA DE LOURDES B. REQUE
 MUSSA JOSÉ ASSIS
 NELSON EMÍLIO MARQUES
 OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMARGO
 WILSON RAMOS

1º a 30 DE AGOSTO

ADALBERTO DAROS
 ALFREDO PRESTA
 BERTOLDO SCHWARZBACH
 CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA
 DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA
 ERNESTO PERACETTA
 IBANEZA SANTOS SALLES
 JOANA DE BIÁSSIO DA CUNHA
 JOSÉ RENATO DUARTE
 LUIZ FERNANDO GOTTARDI
 MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL
 NELITA RIBEIRO HARTMANN
 NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO
 NORBERTO HUSCH
 ODAIR COSMOS
 ZENAIDE SILVA FILPO

1º a 30 DE SETEMBRO

ALCEU RAMOS
 ALMIR MONTEIRO
 AURORA RIBEIRO GONÇALVES
 ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT
 JAYRO CAMARGO
 JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ
 LINDAMIR EDIL CARAN
 MARILU FANCHER BECKER
 MARLENE COUTO DE CRISTO
 PEDRO ALVARES DOS SANTOS

1º a 30 DE OUTUBRO

ANTÔNIO GULBINO
 FRANCISCO TABORDA RIBEIRO
 JOÃO CAXIAS URBAN
 JÚLIA JOLINSKI DE PAULA
 LEONILDO MARCHIORO
 MANRIQUE GANDARA FILHO
 NELSON SILVIO SALLES
 OPHIR FABELINO DE SOUZA
 SIOMARA LOPES GOMIDE
 SYLVIO SEBASTIANI

1º a 30 DE NOVEMBRO

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
 ANTÔNIO CECY
 AYRTON LUIZ BAPTISTA

BOANERGES DE MENEZES CALDAS
 BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS
 GABRIEL BROTTTO
 HUGO MARTINS KOSOP
 JOSÉ DA TRINDADE
 LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
 LUIZ LIMA
 MARIA ELISA REBELLO
 MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES
 MÁRIO AUGUSTO GUERRA
 MYRTHES MAGDA GOMES
 ORLANDO SABOTTO
 RONALDO LOPES LINHARES

1º a 30 DE DEZEMBRO

ARACY ZECH
 CESAR AUGUSTO LEONI
 DORIVAL DELAGASSA
 FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
 NETO

HELENA REGINA STEPHAN
 JOEL DA SILVA NATAL
 JOSÉ SUPPLY DE LACERDA
 JOSÉ TARQUÍNIO ISFER
 LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO
 LUIZ BROTTTO NETO
 MAXIMINIO CARDOSO
 SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL

PORTARIA Nº 14/83

conceder férias aos funcionários contratados deste Poder,
 conforme específica, referentes aos períodos de 1982/83:

1º DE FEVEREIRO a 02 DE MARÇO

ALCEBÍADES CLEMENTE VIRMOND
 ALDO JOSÉ DE PAULA
 ANTÔNIO BERALDO MARIANO
 DENISE VIEIRA
 EDEMAR GOEDER
 HESTEVARD MARTIN
 JOÃO BATISTA F. DA SILVA
 NEOMILTA SANTI SCHEFFEL
 PARREIRAS RODRIGUES
 WALTER ROMÃO DE OLIVEIRA
 ROSA MARIA DACAS

1º a 30 DE MARÇO

ALCEU MARTINS RICCI FILHO
 CLÁUDIO MARQUES DA SILVA
 MARIA CRISTINA DAL'LIN MOLINARI
 MARIA CECÍLIA NEVES DA ROCHA

1º a 30 DE ABRIL

ADELINA SPIES ARAÚJO
 DAMARIS VENÂNCIO DE MELLO
 GILMAR VILLA DE CARVALHO
 RUBENS GRUMMT
 WILSON PENKA

1º a 30 DE JUNHO

ALAN MARCOS ANDRADE
 MARCELO ELIAS CHUCHENE
 NIVALDO VANDIR CORDEIRO

1º a 30 DE JULHO

ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS
 ALTEVIR GONÇALVES SANTOS
 CLÁUDIO GRISALT

DALTO AFONSO BATISTA
 DEISE XAVIER DEL CORSO
 EHDEN ABIB
 ELIZABETH LOIDE LUNDGREN
 GILSON JOSÉ FIGUEIREDO
 HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO
 IRACI TORELLI PIRES
 JACY CORREIA FERNANDES
 JEAN VILLENAVE
 JOÃO CARLOS BARUSSO BUFFARA
 JOÃO EVANGELISTA DE ABREU SOARES
 JOÃO JESUS LIMA
 JOSÉ ALMIR DA LUZ
 JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA
 JOSÉ LUIZ RAMUSKI
 JOSÉ OSVAIR RODRIGUES
 JOSÉ UBIRAJARA DE OLIVEIRA LIMA
 JURACY MANSANI
 KLAUS DIETER WANDERER
 LAURO ANTONIO DE LIMA GALINDO
 LILIANA LACERDA
 LUIZ DE LIMA
 MÁRCIO TENÓRIO SOARES
 MÁRIO KREUTZER VEIGA FILHO
 MAURO GIACOMO FORMIGHIERI BERNOLDI
 NILTON TADEU ESCORSIN
 NILZA MARIA DE OLIVEIRA BENEVIDES
 PEDRO SUDUL
 RAFAEL JULIANO LUCIO MACHADO
 TEREZINHA DE LOURDES COSTA

1.º a 30 DE AGOSTO
 ADEMIR ALVES DUARTE
 EDSON ALMIR DUARTE
 JEFFERSON ABADE
 JOSÉ AUGUSTO T. DE BARROS
 MARIA ELISA MORO
 MARLENE APARECIDA DO VALE
 WALTER SPENA DE MACEDO
 WILMAR JOSÉ GOUVEIA

15 DE AGOSTO a 15 DE SETEMBRO
 DIRCEU DA SILVA
 HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO

1.º a 30 DE SETEMBRO
 COLMAR CHINASSO FILHO
 DANUTA SABAI
 ELOI LOHMANN
 FÁTIMA APARECIDA PRESTES
 NOEMI FROES DOS SANTOS

15 DE SETEMBRO a 15 DE OUTUBRO
 CARLOS FORNAROLI
 RENATO MÁRIO MIGUEL
 WILFRIED KOESTER

1.º a 30 DE OUTUBRO
 ADEMIR BORCK
 AVELINO CAMILO CORREIA
 ELI MOCELIN CECCON
 LUIZ CARLOS F. GOULART
 PAULA GREIFFO COUTINHO
 SUELY BELO COELHO

1.º a 30 DE NOVEMBRO
 JOSÉ CARLOS A. PESSOA
 RONALDO CATARINO

JOSÉ FELIX DE JESUS

1.º a 30 DE DEZEMBRO
 ALZIRO SANTIN
 AUGUSTO XAVIER COTRIN
 CARMEN LAGO ARAGÃO
 DEMILTA MATIAS DOS SANTOS
 EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES
 IVANI TEREZINHA DA SILVA
 JAYR MARTINS DE LIMA
 JOSÉ ALEXANDRE CORREA
 JOSÉ GANDA DE OLIVEIRA
 JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA
 JOSÉ OLICIO DE AGUIAR
 JOSÉ RICARDO KLEINKE
 JULIETA BERGER
 LUIZ CARLOS DE FREITAS
 MARIA JOSÉ GOMES FERREIRA
 NERCI ANTUNES BRANCO
 ODILON SANTOS
 PAULO CESAR S. da M. PIMPÃO
 PAULO SÉRGIO M. FARIA
 PEDRO MARIUCCI
 RUBENS GUAREZZI
 SEBASTIÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA
 TADEU LUKA
 VERA LÚCIA DOS SANTOS RODRIGUES
 WERNER NORBERTO HUSCH
 WILSON SILVA

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de janeiro de 1983.
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
 DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 15/82
 a partir da presente data, o Serviço de Informação Econômica, deste Poder, passa a ter o seguinte horário: das 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de janeiro de 1983.
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
 DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 16/83
 I — revogar a Portaria n.º 340/81, que designou para prestar serviço no Gabinete do Deputado João Mansur, o funcionário WALTER SPENA DE MACEDO, contratado deste Poder, e,
 II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26/01/83
 PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
 DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 17/83
 revogar a Portaria n.º 160/79, que autorizou NELCI DAROS, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Adalberto Daros, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA N.º 18/83
 revogar a Portaria n.º 59/79, que autorizou JOÃO ALBERTO TREVISAN FILHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Carlos Zanlorenzi, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA N.º 19/83
 revogar a Portaria n.º 110/79, que autorizou PEDRO HENRIQUE DORNELLES, ocupante do cargo em Comissão, símbolo

3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Cyro Martins, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 20/83

revogar a Portaria nº 78/79, que autorizou HOSTÍLIO DIAS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Darcy Deitos, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 21/83

revogar a Portaria nº 497/79, que autorizou WILSON GALAN-DO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado David Cheriegate, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 22/83

revogar a Portaria nº 197/79, que autorizou EDITH BAU-DISCH, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Egon Pudell, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 23/83

revogar a Portaria nº 173/79, que autorizou AFONSO BENE-VENIDO SANVIDO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Elísio, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 24/83

revogar a Portaria nº 67/79, que autorizou IRINEU ZANUZZO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Par-lamentar, com lotação no Gabinete do Deputado João Mansur, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 25/83

revogar a Portaria nº 95/79, que autorizou ANA MARIA DO PRADO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Teixeira, a prestar serviço extraordinário, per-cebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 26/83

revogar a Portaria nº 266/79, que autorizou PAULO AFONSO DE CAMARGO FILHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 27/83

revogar a Portaria nº 354/79, que autorizou CONRADO SCHNEIDER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Depu-tado Túlio Zanchet, a prestar serviço extraordinário, per-cebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 28/83

revogar a Portaria nº 794/81, que autorizou VICENTE AUGUS-TO BRILHANTE, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ruben Valduga, a prestar serviço extraordinário,

percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

PORTARIA Nº 29/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LÓRIS CORDEIRO DE BARROS, ma-trícula nº 128, ocupante do cargo de Consultor Administra-tivo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980 e 1981, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 7178).

PORTARIA Nº 30/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de NOR-BERTO HUSCH, matrícula nº 520, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-sembléia, o tempo de quinze (15) anos, um (01) mês, oito (08) dias, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. nº 9077).

PORTARIA Nº 31/83

designar REBECA NÍSIO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, até 31 de março de 1983.

(Protoc. nº 462).

PORTARIA Nº 32/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Porta-ria nº 011/83, ao funcionário ALCEU ALVES PASSOS, ma-trícula nº 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 765).

PORTARIA Nº 33/83

conceder à funcionária HILDA MATTHIES BLANC, matrícula nº 328, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 02 de feve-reiro de 1983.

(Protoc. nº 547).

PORTARIA Nº 34/83

conceder a JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula nº 514, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pes-soal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1981, a partir de 1º de fevereiro de 1983.

(Protoc. nº 294).

PORTARIA Nº 35/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WILSON KAIEL, matrícula nº 436, ocupante do cargo de Consultor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 18).

PORTARIA Nº 36/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU ALVES PASSOS, matrícula nº 112, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1981, que deixou de gozar.
(Protoc. nº 4722).

RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula nº 120, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.
(Protoc. nº 1546).

PORTARIA Nº 37/83
transferir para época oportuna as férias concedidas pelas Portarias nºs 87/80 e 58/81, ao funcionário FRANCISCO ACCIOLY

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de janeiro de 1983.
PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS
DIRETOR GERAL

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
B A L A N C E T E
MÊS DE NOVEMBRO DE 1982

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		PATRIMÔNIO	
Caixa	202.000,00	Patrimônio Líquido	102.829.247,01
Bco. Estado Pr. Ag. C. Cívico	458.632,32		
Bco. Estado Pr. Poupança	173.927.496,35	RECEITA	
Cx. Econ. Federal Poupança	32.981.093,31	Renda de Contribuições	21.288.600,42
	207.569.221,98	Renda de Juros e C. Monetária	125.312.857,00
			146.601.457,42
REALIZ ÁVEL			
Empréstimos Concedidos	16.793.719,72		
Valores Mobiliários	9.106.400,00		
	25.900.119,72		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Material de Consumo	27.201,08		
Serviços de Terceiros	224.180,00		
Inativos	15.431.575,00		
Seguros	137.556,00		
Despesas Bancárias	90.750,65		
	15.931.262,73		
TOTAL	249.430.704,43	TOTAL	249.430.704,43

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 249 430.704,43 (duzentos e quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e quatro cruzeiros e quarenta e três centavos).

Vicente Paschoal Rodacki
Contador CRC-PR 6635

Antônio Facci
Presidente

Trajano Bastos de Oliveira
Tesoureiro